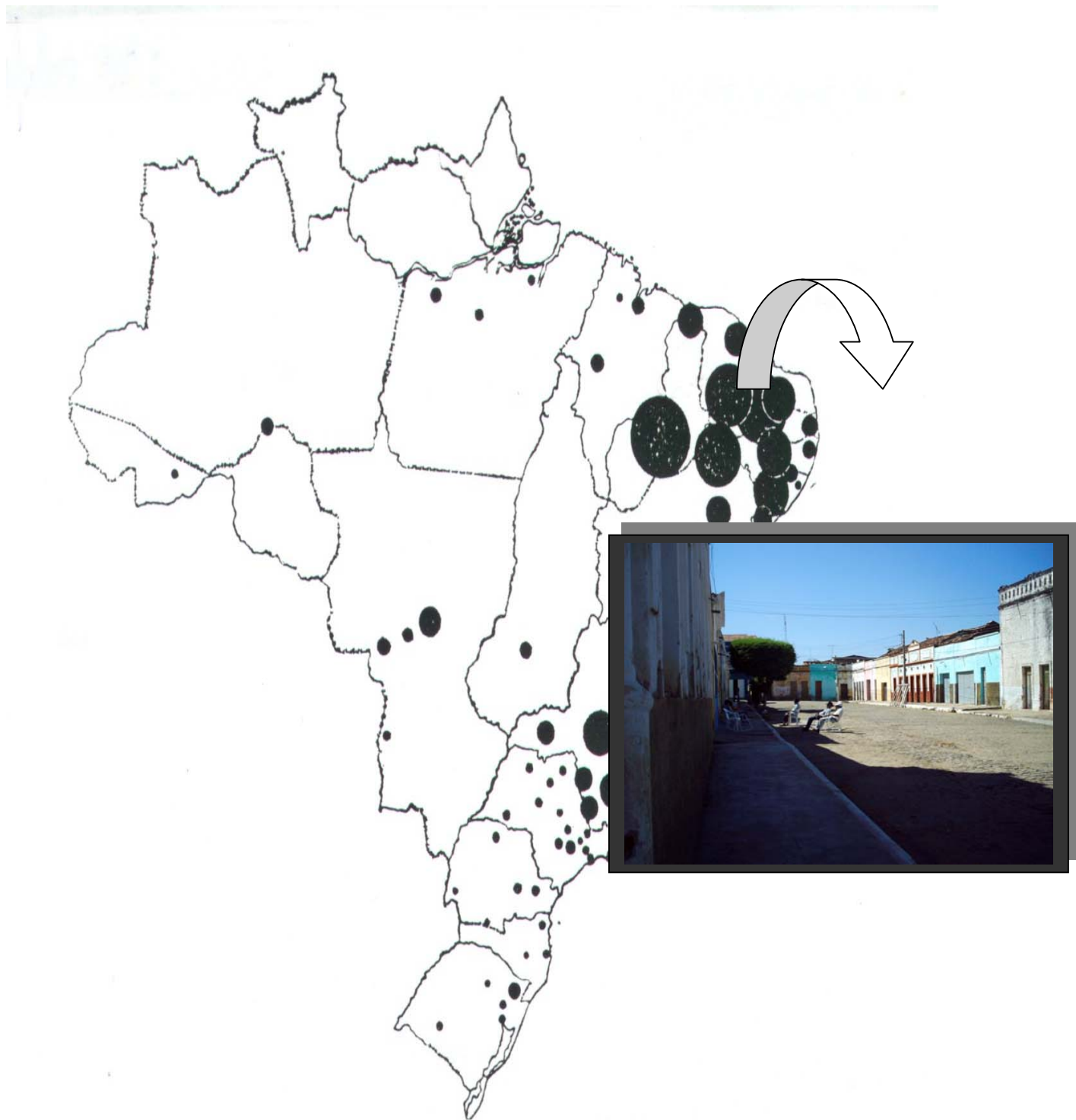


O “Estranho” e o “Primo”

Casamentos Consanguíneos no Sertão do Vale do Piancó – PB



Maria das Graças Araújo Vieira

**Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Ciências Sociais
Programa de Pós-Graduação em Antropologia**

O “Estranho” e o “Primo”

Casamentos Consangüíneos no Sertão do Vale do Piancó – PB

Maria das Graças Araújo Vieira

Orientador: Prof. Dr. Antonio Motta

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Antropologia,
como parte do exame de qualificação para
obtenção do Grau de Mestre em Antropologia.

Recife
2006

V657e Vieira, Maria das Graças Araújo

**O “Estranho” e o “Primo”: casamentos consangüíneos no Sertão do Vale do Piancó-PB. – Recife: O Autor, 2006.
116 folhas : il., fotos, tab., mapa**

Orientador: Antonio Carlos Motta de Lima

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Programa de Pós-graduação em Antropologia. Recife, 2006.

1. Antropologia. 2. Paretesco. 3. Endogamia – Casamentos Consangüíneos. 3. Genealogia – Família. 4. Demografia Histórica. 5. Cultura e Poder. I. Título.

**CDU: 314.546 (2. ed.)
CDD: 302.03 (22. ed.)**

**UFPE
BCFCH2006/11**

O “Estranho” e o “Primo”
Casamentos Consangüíneos no Sertão do Vale do Piancó – PB

Maria das Graças Araújo Vieira

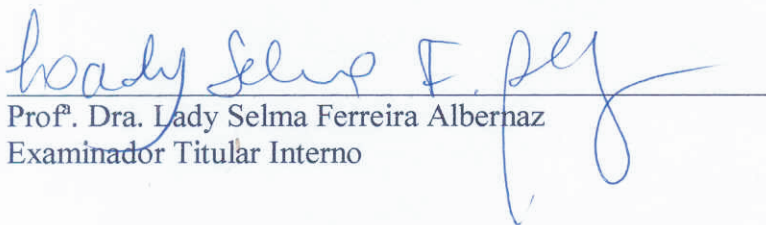
Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Antropologia,
como parte do exame de qualificação para
obtenção do Grau de Mestre em Antropologia.

DATA DA DEFESA: 27/04/2006

BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Antonio Carlos Motta de Lima - UFPE (Orientador)



Prof. Dra. Lady Selma Ferreira Albernaz
Examinador Titular Interno



Prof. Dr. Manoel Correia de Andrade
Examinador Titular Externo

Dedicatória

Aos meus amados filhos

Raquel e Rafael,

de quem furtei tantas horas de convívio e lazer familiar.

Homenagem Póstuma

Aos meus inesquecíveis pais

Jacques e Dalva

que me ensinaram a jamais desistir,

e a seguir sempre uma meta de almejáveis realizações.

Agradecimentos

A Ricardo Vasconcelos Vieira,
meu amado esposo,
pelo grande apoio material, emocional e principalmente espiritual;

A Adalgisa de Alencar Chaves,
pela chance de acesso a seu trabalho literário
através do qual desencadeou esta pesquisa;

A Mabel Ann Black de Albuquerque,
por me fazer acreditar na possibilidade desta pesquisa,
por me fazer ir sempre adiante;

A Maria de Nazaré Araújo,
por me acompanhar nas viagens a campo,
mas, e principalmente, pela paciência na escuta às minhas reflexões.

A todo corpo docente
do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPE,
e em especial à Profa.Dra. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti,
que acompanhou minha jornada desde as Ciências Sociais.

Ao CAPES – Centro de Apoio a Pesquisa Sociais,
pelo subsídio dado a esta pesquisa.

Ao corpo administrativo desse Departamento em geral,
e em especial a Regina Salles Souza Leão,
pela sua forma de permanente presteza, delicadeza e simpatia.

Agradecimento Especial

A Antonio Motta,

mais que professor, mais que orientador, um Mestre,

formador de profissionais seguros e conscientes

da obrigação da permanente procura à competência.

*“Os homens se distinguem dos animais
não porque tenham consciência,
mas porque produzem as condições de sua própria existência
material e espiritual”.*

Engels e Marx

*“Me Batizei por Inácio pela cuia Catingueira
Eu Naci no Piancó mas me criei no Texera
Vi mais de dez mil carniça, na Subida da Ladera*

*Inácio tu bem que sabe que eu num sô de brinquedo
Eu zombo de tempestade, corrisco num me faz medo
Espero pela desgraça, que há de chegar logo cedo*

*Patrício você conhece que eu num sô de brincadeira
Quando a noite é das escura, faço arma da arrueira
E vou esperar Valentão, logo no Pé da Ladera*

*Inácio tu fosse escravo, num tivesse estimação
Sempre quando diz escravo, é nunca ter criação
De querer tomar liberdade, com o Senhor seu patrão*

*Patrício eu fui escravo, porém tive estimação
Uma senhora que tive, andou comigo nas mãos
O Senhor não nasceu livre? Cadê sua educação?*

*Meu pai era home pobre, não pode me educar
Porém aprendi a ler, perfeitamente contar
Se tenho traço de nego, se vê logo no andá*

*E como tem o coró preto e o cabelo pixaim?
Os dente alvo e largo, e a gengiva roxa assim?
Nas cor somo iguais, ta muito pertim de mim*

*Sô moreno reconheço, meu cabelo é pixaim
Mas home nium desse mundo, trocô dinheiro por mim
Num sô como teus avós, vendido sei lá por que*

*Patrício, essa me obriga a ficar muito agastado
De ouvir chamar moreno, a cor de café torrado
Teus avós veio pro Brasil, mas pra ser negociado.”*

**Recitado por
José B. Branco (in memoriam)
entrevistado em Conceição-PB.**

Este estudo contextualiza a questão da *Endogamia* baseada em *Consamentos Consangüíneos* como opção preferencial de uma determinada família do município de Conceição do Vale do Piancó, sertão do Estado da Paraíba, como um estudo de caso. Enfatiza a complexidade do estudo desse costume transcendendo das questões estruturais e do sistema de organização de parentesco, do estudo da estrutura da família em si mesma, fazendo uso da história, da demografia histórica e da genealogia, documentos e registros cartoriais e paroquiais, como método de pesquisa para compreensão da sua lógica e como entendimento e parâmetro do que se apresenta como “real”, contrapondo-se ao imaginário, na análise e interpretação das narrativas e das histórias, da oral e da escrita não oficial, tiradas a partir da perspectiva dos entrevistados. Em conclusão, tornou-se evidente a existência de vários tipos de preconceito, para alimentar a idéia central de uma possível “*pureza de sangue*” do grupo que, com identidade e representatividade social, vai se fortalecer politicamente.

This study contextualize the issue of the Endogamy based on Marriage among kinfolk as a preferential option of determined family of Conceição do Vale do Piancó Country in the “sertão” region of the State of Paraíba as a case study. It emphasizes the complexity of the study of this custom by transcending the structural issues and the family relationship organization system as well as the study of the family in itself and using the history, the historic demography and genealogy, documents and notarized registers as well as parochial registers as research methodology for the comprehension of its logic and as understanding and parameter of what presents itself as “Real”, opposing the imaginary, in the analysis and interpretation of the narratives and stories, the oral and non official writing, picked up from the interviewed own perspectives. In conclusion, it became evident the existence of several types of prejudices to feed the central idea of a possible “blood purity” of the group which with identity and social representation would grow strong politically.

1. Introdução	13
2. Conceição.....	37
2.1. Situação Geopolítica e Socioeconômica.....	37
2.2. Delimitando o espaço da “ <i>Tradição</i> ”: Espacial e Temporal	44
2.3. A Calçada: Um Convite às “ <i>Rodas de Prosa</i> ”	50
3. “Conceição do Piancó de Ontem e de Hoje”: O Livro	55
3.1. “Uma Só e Grande Família”: Está no Livro	55
3.2. Histórias e Estórias	58
3.3. Resgatando Nomes Ancestrais na Reprodução de Identidades	67
3.4. Um “Lugar de Memória”	71
4. Casamentos Consangüíneos: Poder e Legitimidade em Conceição	78
4.1. “ <i>Estranho</i> ” e “ <i>Primo</i> ” na Representação do Mito.....	78
4.2. O “ <i>Estranho</i> ” na Rede das Intrigas e das Facções	83
4.3. Consangüinidade e Poder em Conceição	87
5. Conclusão	92
Referências Bibliográficas	97
Anexos.....	110

1. Introdução

Este trabalho se dedica à pesquisa sobre casamentos consangüíneos como opção preferencial de uma determinada família localizada no município de Conceição do Vale do Piancó no Estado da Paraíba. Tem por objetivo tentar entender a lógica dessa opção dentro da organização do sistema de parentesco daquela sociedade. Perceber o significado da endogamia e consangüinidade para a constituição do grupo.

A formação desse objeto como tema para uma pesquisa científica foi resultado de um processo lento e descontínuo, que vai remontar aos anos de 1986, quando, aos poucos, bibliografias, arquivos eclesiásticos e cartoriais, junto com várias experiências em campo provenientes de outros estudos, se somaram a dados da trilha genealógica dos primeiros povoadores do sertão nordestino, inclusive os do Vale do Piancó na Paraíba. Eram pesquisas assistemáticas e ausentes de diretrizes metodológicas porque não se tratava de trabalho acadêmico.

Muito do conhecimento e do material resultante dessas pesquisas não foram mencionados quando do projeto deste, inclusive por muitos deles já estarem absorvidos ao meu inconsciente. Mas, como por que “Casamentos Consanguíneos”, e por que “Conceição do Vale do Piancó na Paraíba”, são questionamentos colocados por quase todos os que tomam conhecimento deste trabalho, sinto da importância de tentar colocar introdutoriamente a forma como foi construído esse objeto ao meu olhar, ao meu estranhamento, talvez para justificar uma postura no mínimo mais familiarizada com a temática escolhida aqui e no próprio campo da pesquisa.

Em janeiro de 1986 fui ao Rio de Janeiro e pesquisei no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na Santa Casa de Misericórdia, na Ordem dos Advogados do Brasil e no Cemitério de São João Baptista. Em São Paulo, na Escola Politécnica da Grande São Paulo. Os dados resultantes, colhidos dessa jornada, se referiam especificamente ao primogênito do “Cap.Fundador” de Conceição do Piauí e seus descendentes, por ser aquele hoje um mito, um símbolo de status social do grupo familiar endogâmico escolhido para este trabalho.

Procurar a autenticidade das informações passadas pelos entrevistados nessa época fazia parte de um levantamento histórico-demográfico. Hoje, na antropologia, esse tipo de investigação me pareceu não ter muito significado pelo próprio sincronismo da disciplina científica. Mas, passou a fazer grande diferença no exercício do meu “ouvir” no momento das entrevistas, apresentava-se diferenciado por estar carregado por uma rede de informações que precediam o trabalho de campo em Conceição.

Em julho desse mesmo ano de 1986, fui a campo em vários municípios da região do semi-árido: Jardim no Ceará, Barbalha, Crato e Juazeiro, Missão Velha, Conceição do Piauí, Piauí e Patos. Fui em busca de levantar dados sobre a história do povoamento da região do Vale do Piauí, já que tinha resolvido seguir a trilha genealógica de alguns ancestrais “conceiçãoenses”. Em Pombal - PB, antiga “cabeça de comarca”, encontrei dados mais antigos, como o da filiação do fundador de Conceição, em inventários conseguidos nos arquivos de cartório. Foi a partir daí então que despertei, percebi, uma forma de organização de parentesco, com tipicidades que poderiam vir a ser objeto de um estudo mais profundo.

O que sempre me impulsionava a continuar pesquisando era a enorme vontade de saber da origem de algumas características culturais daquele grupo de família sertaneja. Compreender a sua lógica nas regras das suas relações de parentesco que pareciam curiosamente diferentes e estranhas às minhas, principalmente por optarem pela endogamia e pelo resgate de pré-nomes ancestrais a cada geração, quase como uma regra. Entendia que o sistema ocidental – como o europeu – era exogâmico, e que o oriental ou árabe é que era o tipicamente endogâmico.

O que consegui em Pombal, em termos de documentação, mudou o rumo da pesquisa. Ela deixou o campo dos registros eclesiásticos e os de cartórios, para o bibliográfico, ao ser encontrado o registro de uma procuração passada no ano de 1835, pelo “Cap. Fundador” de Conceição do Piancó, a vários procuradores, inclusive um seu filho primogênito e advogado, para representá-lo pelos seus imóveis em vários outros locais, como no “Recife de Pernambuco e na Corte no Rio de Janeiro” entre outros. Referia-se ele a Marquesses, Viscondes e Barões, etc... Assim sendo, entendi que esse “Cap. Fundador”, mesmo tendo vivido sempre no Sertão do Nordeste, tinha ligações com pessoas da elite social de várias capitais, inclusive da corte no Rio de Janeiro. Seria mais uma trilha de investigações, e um longo tempo foi dedicado às pesquisas na História.

No mergulho que fiz na História em leituras realizadas em obras como as de Affonso de Taunay, Serafim Leite, Francisco A. Varnhagen, André Antonil, Oliveira Vianna, Ellis Júnior, ... fui me defrontar então com uma das mais ricas fontes de informação encontrada em relação ao meu objetivo, as transcrições dos registros das

doações das ‘datas de terras’¹ em sesmarias referentes as da Paraíba e as do Ceará. Minha curiosidade apenas aumentava, principalmente pela forma voluptuosa como e quando das suas distribuições. Ficou claro que os beneficiários, a maioria deles, faziam parte de um mesmo bloco de família, e estavam datadas por espaços de tempo muito curtos, indicando ter havido uma espécie qualquer de política para o povoamento da região.

Os próprios registros apontavam para muitas das relações de parentesco entre os sesmeiros. Quanta terra! Senti mais perto o problema da divisão e distribuição injusta de terras neste Brasil, uns com tanto, uns com pouco e outros sem nada. Mas nem todos eram proprietários, existiam os posseiros, os meeiros, arrendatários, muitas gentes que foram aos poucos tomando conta da região através de compra e aquisição à Casa da Torre dos D’Ávila para criação de gado e agricultura de subsistência. Existia, então, a figura do proprietário e a do operário, figuras básicas na teoria marxista.

Um grande divisor de águas foi o estudo da obra “Os Curitibanos e a Formação de Comunidades Campeiras no Brasil Meridional (Sécs. XVI – XIX)” enviada pelo Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, na pessoa de sua autora, a Dra. Roselys Vellozo Roderjan, através da qual pude fazer a ligação de dois grandes blocos dessa família endogâmica. Conceição do Piancó passava a ser ligada, por ancestralidade genealógica, ao bloco de família estabelecido na Bahia, ribeiras do São Francisco no passado, e ao grupo do planalto curitibano no Paraná. A própria autora, em seu texto introdutório a sua obra diz: “Essas comunidades dão origem a uma relação de parentesco que as distinguem das demais regiões do Brasil”,

¹ ‘data de terra’ – Porção de terreno com 20 a 22 metros por 40 a 44 metros.

isso se referindo à família no bloco estabelecido no Paraná, pois não deveria ter idéia da sua migração para o Nordeste do país.

Ao acompanhar um grupo de engenheiros em seus trabalhos na região do Rio Piranhas ou Piranha-Assu, como falam também por lá, pude levantar diversas entrevistas com pessoas moradoras na cidade de Açu ou Assu e percorrer comunidades de pequenos municípios e povoados como o do Alto dos Rodrigues, Pendência, Itajá, Ipanguassu que era chamado de Saco e, antes disso, de Pernambuquinho. Sentido interior - litoral do Rio Grande do Norte, também em terras de Macau.

- *“E lá foi formando o núcleo familiar, onde as pessoas iam se casando...E lá tinha uma coisa muito interessante, que a família ... era muito fechada quanto à questão de família, de sobrenomes. Quando se casavam eles não admitiam que um ... se casasse com alguém de outra família.*

- *Por quê?*

- *Porque eles não queriam se misturar. Só queriam que fosse ... com Quando acontecia festa lá no Itajá, ninguém podia dançar, o pessoal da família não podia dançar com uma pessoa estranha. Se chegasse uma pessoa estranha, que não fosse ... , e comesse a dançar, era uma confusão. Não podia se misturar, de jeito nenhum, sempre preservando aquela questão de ser só a família Eu não sei por que esse cuidado que todo mundo fosse É tanto que existe algumas famílias que são ... e ... , e pessoas que casaram com ... , mas gostava tanto do nome que preferia colocar duas vezes o nome Então esse ... é uma coisa muito forte, em toda a família.*

- *Você é casada com primo?*

- *Sou, mas ele é adotivo, foi criado por um tio meu.*

- *Ele é de outra família que não seja ... ?*

- *Vem, mas foi criado por um*

- *Então não tinha a ver com sangue essa rigidez?*

- *Ah! Mas meu pai não queria o casamento, eu casei fugida.*

- *Por ele não ser ... de verdade verdadeira?*

- *Sim, porque meu pai não queria. Foi uma confusão muito grande porque eu casei fora da família.*

Ele chamava assim: "O negro...". Eles tinham uma coisa muito grande com o negro. Não queria que ninguém casasse com negro.

- *Seu marido e o marido de sua irmã são descendentes ou transparecem mais a parte da raça negra existente no nosso sangue? Quero dizer, eles são morenos?*

- *Não, não existe nenhuma diferença aparente”.*

Entre 2002 e 2003, trabalhei esse objeto de pesquisa numa proposta para pós-graduação em Gestão em Políticas Públicas com base em um projeto para levantamento de dados sobre endogamia e casamentos consangüíneos no município de Soledade na Paraíba, e, mais uma vez, tive a oportunidade de entrevistar pessoas de uma comunidade isolada socialmente pela prática dos casamentos consangüíneos, mesmo estando instalada praticamente dentro de área geograficamente considerada como sendo área urbana, como assim o era no Assu.

- *“...eu considero essa família uma tradição, e eu acho que essa tradição pode ser uma assinatura. Assinatura assim...de formar...aquela assinatura de família.*

- *Vamos dizer, por onde andar, o rapaz paquera a menina, a menina paquera o rapaz, mas por onde andar, seja o que for tem que cair dentro da família, é a tradição. A tradição é essa. Por onde andar, seja o que for tem que cair dentro da família”.*

Estava formado, assim, o objeto para um estudo antropológico, quando do encontro desses vários pontos de concentração do fenômeno na região dos sertões, grupos de famílias que viviam de forma socialmente isolada. Eles optavam sempre pelo casamento consangüíneo, caracterizando o grupo por endogâmico.

As duas principais razões da escolha desse local, Conceição do Piancó, para o trabalho de campo deste estudo de caso, foram: o local pertencer à região identificada como a de maior índice de casamentos consangüíneos e por se tratar do lugar de origem dos meus próprios ancestrais. Isto me faria ter maior acesso aos lares, ao convívio familiar, mesmo que nenhum deles fosse conhecido por mim. A consciência de uma relação de parentesco muito distante no tempo, com algumas das famílias dos entrevistados, vinha apenas de levantamentos genealógicos já realizados

por mim anteriormente, mas que fizeram a diferença para a receptividade a meu favor, mesmo sem carregar comigo nenhum dos nomes das famílias contactadas. Faziam a diferença inclusive no trabalho de distanciamento entre o “eu” pesquisadora e o “eu” prima. Todos os quase vinte dias, divididos em duas etapas, em que estive no convívio dos “conceiçãoenses”, permaneci sempre alerta e me sentindo testada na minha capacidade de ver o “outro”, como, em um exercício de alteridade.

Em busca de encontrar essa lógica de organização, pareceu necessário procurar entendê-la a partir de suas relações com a própria realidade social que a cerca, realidade que a constitui e a influencia.

Não sendo a endogamia do grupo familiar escolhido um caso raro ou único no Sertão, ao contrário, esses isolados pareciam muito comuns em se tratando da região dos sertões do Nordeste, posso dizer que este trabalho é um estudo de caso, o da família do “Cap. Fundador” de Conceição de Piancó, município do Estado da Paraíba.

Tomei uso do método histórico e genealógico, diacronia e sincronia, para o entendimento dos níveis de continuidade e de ruptura ao longo do tempo, e uma das estratégias metodológicas foi as “histórias de vida” que, sendo um relato de um indivíduo sobre sua existência através do tempo, reconstituindo acontecimentos e experiências vivenciadas, é igual a dizer que se fez uso da memória ou do próprio esquecimento dos indivíduos a serem ouvidos em busca de se saber como o grupo se constituiu a partir de suas próprias percepções, representações do passado. Encontrar, analisar, interpretar e entender a lógica de sua reprodução.

Em termos de metodologia, foram realizadas cerca de trinta entrevistas semi-estruturadas, quer dizer, as que partiram de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias que interessavam à pesquisa, e que em seguida ofereceram amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses surgidas à medida que se receberam as respostas dos informantes (TRIVIÑOS, 1987:146). Os entrevistados foram escolhidas de forma aleatória dentre os vários núcleos familiares de aparente diversidade socioeconômica e dentre as variadas “facções” integrantes da mesma grande família, as que foram formadas por casamentos mistos, isto é, entre um “*parente*” e um “*estranho*”.

A aproximação entre o pesquisador e a maioria dos informantes, aconteceu por consequência do empenho generoso da primeira pessoa de contado e primeira informante, a quem fui recomendada a procurar quando da chegada a Conceição. Tratava-se de uma pessoa das mais conhecidas, mesmo em se tratando de uma pequena cidade do interior onde, em geral, todos se conhecem. Sua popularidade talvez venha do fato de pertencer aos diversos grupos de oração ligados à Igreja Católica, a Matriz (foto n.05 p. 106), sua vizinha de rua.

A chegada de uma pessoa estranha a Conceição, alguém vinda da capital de outro Estado, causou um certo movimento entre os curiosos, e não foi difícil fazer os contatos para posteriores entrevistas já que foram, na maioria das vezes, as tais pessoas curiosas que se aproximavam para conversar dentro da residência da pessoa do primeiro contato, ponto de fixação da pesquisadora, como fora dela, porque dessa residência iam partindo os vários convites às diversas visitas aos que pertenciam a essa ou àquela família-núcleo, a essa ou àquela “facção” da família extensa da linhagem do “Cap. Fundador” de Conceição.

Sobre as facções acima citadas, há de se registrar inclusive que a consciência de sua existência apenas se deu após várias entrevistas em que foram esclarecidas as questões e intrigas por discriminação, o que levou a um maior cuidado de não me envolver em “jogos de leva e traz”. Havia passado por vários momentos em que não conseguia compreender por que só algumas famílias eram ligadas à “*tradição*” dos casamentos consangüíneos e outras não.

O consentimento do uso do gravador por parte dos entrevistados esteve registrado em todas as gravações. Essas gravações tiveram um papel de peso no trabalho da observação participante e como meio técnico de registrar os relatos. A participação da pesquisadora na observação se fez durante vinte dias e em duas etapas (julho/agosto de 2004 e janeiro/fevereiro de 2006), ao fazer as refeições em conjunto com as famílias, nos momentos das reuniões e visitas sociais diárias e nos programas religiosos, como foi o caso da hora certa diária para a reza do “Terço”, sempre às 15 horas, quando as fiéis escolhem a residência de uma delas para se reunirem em ritual da sua Fé. Não admitiam que estivesse presente apenas como observadora, elas mesmas me conduziam a uma participação de forma quase imposta..

Os nomes dos entrevistados e as referências a nomes de pessoas e de famílias dadas pelos entrevistados foram todos substituídos por nomes fictícios e completamente aleatórios, por questões éticas.

A consciência de precisar manter um certo distanciamento, como diz Malinowski (1975), em um exercício de alteridade, era algo muito presente, principalmente durante determinados momentos das entrevistas quando os entrevistados relatavam referências genealógicas e históricas sobre a família do meu bisavô. Passei

por lutas constantes entre o eu “*estranha*” – a visitante, a pesquisadora, a mulher do Recife e da Universidade, e o eu “*prima*”- a que tinha seu nome constando de um livro sobre Conceição do Piancó e suas famílias, “*Conceição do Piancó de Ontem e de Hoje*” de Adalgisa de Alencar Chaves, em decorrência da naturalidade de alguns dos seus ancestrais. Esse livro está sendo trabalhado nesta dissertação em seu capítulo segundo.

Como foi planejado no projeto, foram coletados, através da técnica de “*reconstituição de famílias*”, vários casos de casamentos consangüíneos, por se tratar de dados básicos e fundamentais ao entendimento da lógica da organização de parentesco e principalmente para construção de um conhecimento que servisse de ferramenta, um elo comum entre pesquisador e entrevistado, na aproximação e no diálogo que teria que manter durante as entrevistas.

Há de se ter em mente que ao se tirar uma amostra dessa realidade, ela não é o todo, e assim as conclusões que se extraíram dessa amostra não são idênticas às que poderiam ter se obtido estudando a totalidade da população. Então, procurei encontrar uma forma de diminuir essa diferença em termos de critérios de representatividade. Mesmo tendo a possibilidade de se fazer um levantamento da freqüência dos casamentos consangüíneos e se determinar um índice de endogamia na população, um estudo quantitativo, foi apenas com a técnica subjetiva da narrativa que pude conseguir maiores detalhes, onde pude captar um pouco da dimensão espacial e da temporal em relação aos acontecimentos investigados. Mesmo assim, esse trabalho qualitativo foi subsidiado com algo mais objetivo, não levantei dados estatísticos, mas os dados colhidos nas entrevistas foram comparados com as informações colhidas nos arquivos dos livros de registros das Igrejas e dos Cartórios. Os depoimentos dados pelos entrevistados puderam, à medida do possível, ser observados à luz de um material mais palpável.

A técnica de “*reconstituição de família*” (HENRY, 1977, p.13-45) a partir de uma ‘*Ficha Modelo*’, serviu de parâmetro, foi utilizada com o cuidado de colher minuciosamente o maior número de dados possíveis, os que eram adequados e direcionados à questão dos casamentos consangüíneos. Ela pode ser descrita como um método genealógico:

[...] recenseamento genealógico de cada comunidade, [...] servem como documentos dos mais fundamentais para a pesquisa etnográfica. Uma genealogia nada mais é do que um quadro sinótico de um certo número de relações de parentesco interligadas. Seu valor como instrumento de pesquisa consiste em permitir ao pesquisador formular perguntas que faz a si mesmo in abstrato, mas pode fazer concretamente ao informante. (MALINOWSKI, 1975, p.51)

Parentesco e casamento constituem um daqueles temas fundadores do campo disciplinar, mediante o qual é possível percorrer a própria história da antropologia. Como observa Fox (1986: 29), “*o parentesco e o casamento têm a ver com os fatos básicos da vida. Têm a ver com o ‘nascimento, a cópula e a morte’, a eterna ronda que poderá deprimir o poeta mas que entusiasma, entre outros, o antropólogo*”.

Na literatura antropológica é abundante as referências sobre os diferentes sistemas de organização de alianças e de parentesco. Para Lévi-Strauss (1982), marco clássico da *Teoria da Aliança*, os grupos de parentesco eram unidades de um sistema de “alianças”, feitas ou expressas pelo casamento. Este conceito, embora impreciso, costuma designar um grupo de pessoas ligadas pelo sangue, pelo casamento ou pela adoção, habitualmente residindo junto, com o objetivo de sobreviver economicamente, manter a identificação individual e coletiva, resultando muito freqüentemente na reprodução de novos membros. Enquanto que a instituição família modifica-se, podendo se desfazer, o sistema de parentesco perdura por gerações.

Como uma das regras de aliança, a endogamia significa uma forma de casamento que obriga o indivíduo a escolher seu cônjuge dentro do mesmo grupo, grupo local, de parentesco, de *status*, étnico, ou outro grupo a que pertence. Neste sentido, o grupo eleito para o objeto de estudo nesta pesquisa é uma comunidade do município de Conceição do Piancó, na Paraíba, que demonstra uma forte preferência pela endogamia como forma ideal de união conjugal. Ao que tudo indica, essa opção parece amarrar-se a um sentimento de pertença, que está ligado a uma relação de parentesco para com um ancestral que lhe é comum.

Para Terray in Augé (1973: 36), *“a pertença a um clã é uma característica particular de certos grupos, resultante das vicissitudes sofridas por esses grupos ao longo da sua história (...). O clã é um produto dos acontecimentos, não um traço da estrutura”*.

Conforme se pôde observar, o sentido do termo família para essa comunidade, mesmo em relação a mais extensa, apresenta-se restrito apenas aos parentes consangüíneos. O elemento não consangüíneo é considerado um “outro” estranho, e um “*estranho*” que não é muito desejado”. Esse “*estranho*”, segundo representações freqüentes entre algumas das famílias dessa comunidade, é definido como sendo um indivíduo, segundo os mais velhos, com “potencialidade para a desordem” e a “desunião do grupo” de filiação a que pertencem. Esta foi uma das representações mais recorrentes dos entrevistados durante o tempo que estive em Conceição, o já mencionado acima, em trabalho de campo.

O termo família, que pode ser usado pelo menos em três sentidos, deverá ser considerado para este estudo como família consangüínea (real), contrapondo-se à

conjugal, para indicar o tipo de relação de parentesco que se está observando. (PIERSON, 1951:29 e AUGÉ, 1973: 49).

Para Augé (1973:15-16), a consangüinidade pura e simples não pode ser base de classificação do parentesco como princípio de organização social, pela ausência de limitação ao número de consangüíneos. Isto é, se fizermos um levantamento genealógico de consangüíneos, sem nenhuma referência de limitação, esse levantamento seria uma rede quase global. Assim, para que se compreenda a noção de parentesco consanguíneo nesse grupo familiar do alto Sertão, imagina-se que ela haverá de estar atrelada a uma determinada lógica que poderá atuar como delimitadora e estabelecadora de limites.

Na antropologia brasileira, Pierson (1951: 52-66), com *O Homem no Vale do São Francisco*, chegou a detectar tal fenômeno, mas não aprofundou o estudo desse aspecto.

A visão Freyreana a respeito dos casamentos consangüíneos, associados ao “isolamento patriarcal”, apresenta-se diretamente ligada à questão do dote. Freyre (2000:337-338), em *Casa Grande & Senzala*, ao estudar as famílias da zona açucareira do litoral e da mata pernambucana, cita dezenas de nomes de famílias e de indivíduos que se uniram em matrimônio com parentes consangüíneos, e ao transcrever um pedido de dispensa canônica que foi feito ao bispo de Pernambuco, revelou que as partes nubentes colocaram como justificativa ao casamento consangüíneo razões de ordem econômica.

Entretanto, imaginei que, ao tratar-se de outra região do Nordeste - a região dos sertões - o mesmo pode não ocorrer. Existia a possibilidade de se encontrar outras justificativas, inclusive por se tratar de uma região com realidade socioeconômica, política e conseqüentemente cultural, bem diferenciada. A comunidade do município de Conceição do Vale do Piancó apresenta a mesma preferência pelos casamentos consangüíneos, mas com uma base histórica diferenciada, que poderia levar a uma outra lógica de organização de parentesco dos grupos de família dos engenhos da zona canavieira e da mata. No caso da sociedade açucareira, a prática do casamento consangüíneo não existia apenas por motivos econômicos, fáceis de compreender no regime de economia patriarcal, mas também por motivos relacionados à manutenção de um capital social de base aristocrática. (FREYRE, 2000:336)

Os neomarxistas identificam os requisitos da reprodução social principalmente na força-de-trabalho, e a reprodução de todo o arcabouço institucional é, pela iniciativa estatal, indispensável à manutenção da ordem capitalista num ambiente em que a colaboração entre capital e trabalho se manifesta através de um conflito historicamente objetivo: a partilha do valor criado (mais-valia) entre salário e lucro.

Para Meillassoux² (1995), o parentesco é uma organização antinômica a da escravidão, e vai então fazer um contraponto teórico de suas reflexões nas

² Uma das razões da escolha a Claude Meillassoux como uma das âncoras deste trabalho é que, além de antropólogos ele tem formação em economia, como por ser o responsável pelo grupo “Sociedades Rurais e Políticas de Desenvolvimento”, ter em sua tutela a diretoria e a edição de pesquisa no CNRS. Trabalhou nas regiões da África ocidental e sua busca concentra-se também na seguinte questão: Qual a gênese da escravidão? A sua causa? A definição precisa do que seja escravidão é o objeto principal da sua pesquisa. Ao analisar-se a listagem de suas obras, percebe-se a dedicação do autor ao aspecto, entre outros, do modo de produção doméstica e de seu salário, principalmente em *Lés bases économique de la reproduction démographique: du mode de production domestique au salariat*. Uomo, 1982. 6,2;

concepções de Marx e Engels. As relações de parentesco são, na verdade, subordinadas aos princípios que regem as relações de classe, e se vai refletindo isso ao se entender as análises teórico-filosóficas. Por exemplo, em *O Ventre – A Dialética da Escravidão*, título da primeira parte de sua obra, o autor, ao abordar a “*Dimensão Histórica da Escravidão da África Ocidental*”, dá um panorama histórico do que se refere apenas à escravidão conclui que, de uma forma ou de outra, alimentando um tráfico, na produção, ou mesmo contribuindo para a edificação dos grandes impérios e dos burgos, a verdade é que a escravidão desempenhou um papel importante no desenvolvimento econômico e político de muitas regiões. Fala inclusive de uma escravidão ligada a formas aristocráticas de sociedade, o que ele vai chamar de escravatura camponesa, destinada à manutenção da classe dominante e à reprodução dos seus meios de dominação.

Segundo o autor, só existe escravidão como sistema social quando ela se constitui numa classe distinta de indivíduos pertencentes a um mesmo estado. Diz ainda que o estado de escravo seria o resultado de uma série de mudanças que fazia deles indivíduos sem laços nem parentesco, afinidade ou vizinhança, e assim aptos à exploração. Por quê? Porque dessocializado, despersonalizado, dessexualizado e descivilizado. É assim um sistema antagônico ao do parentesco.

Salzano (1967:74) levantou estatisticamente os pontos de maior concentração das uniões consangüíneas no nosso território nacional, exibindo-os em mapa (Capa e Anexo A) e classificando-os em áreas de três níveis: fraco, médio e alto. A região do Vale do Piancó na Paraíba, região semi-árida do Sertão dos Cariris no Nordeste, onde fica localizado o município de Conceição é, segundo o autor, uma das

áreas de alto índice de casamentos consanguíneos. Essa zona incorpora “*o interior do Nordeste, regiões como Crato, Oeiras, Petrolina, etc.e também o sertão baiano*”.

Os níveis estatísticos de levantamento da frequência dos casamentos consanguíneos parece não ter mudado, assim demonstram os dados colocados por Freire-Maia (1982), em trabalho *Inbreeding in Different Countries*, onde as “*Zonas com os mais altos níveis de casamentos consanguíneos no Brasil (do 0.007 ao 0.010)*” estão indicadas através de dois contornos circulares grafados em mapa exposto no Anexo B. Mais uma vez se confirma que a área mais elevada na frequência dos casamentos consanguíneos é a do sertão do Nordeste.

Uma tentativa de interpretação dos resultados estatísticos foi feita por Freire-Maia, diz Salzano (1967:200), e que, segundo ele, “*as variações geográficas devem refletir, em larga escala, as variações sócio-econômicas e demográficas das populações*”. Assim, em relação ao fator analfabetismo como variável a ser analisada, dizem Salzano e Freire-Maia (1967:200) que “*o grau desse fator não parece exercer papel saliente per se*”. Já em relação ao nível econômico como variável, colocam que dados mais recentes ao da data do levantamento último publicado, estavam revelando que, nas classes média e baixa de uma determinada parte da população de Minas Gerais, “*os casais consanguíneos pareciam ter, em média, um nível econômico superior ao dos não consanguíneos*”.

Para a variável religião observaram que, mesmo sendo a grande maioria da população brasileira (93,5%) composta, pelo menos nominalmente, de

católicos³, apesar disso, é justamente onde a frequência de católicos é maior (96%) que ocorre o maior número de casamentos consangüíneos. No sul, onde o número de católicos é menor (89%), acontece o inverso, a consangüinidade nos casamentos é menor. (SALZANO, 1967)

Não é apenas por uma questão estatística, os sacerdotes principalmente nas regiões do interior do Nordeste chamam continuamente a atenção para o perigo, em termos de saúde genética, das uniões consangüíneas. As proibições estipuladas pelo código canônico não parecem fazer nenhuma diferença nesses locais onde a população é extremamente religiosa e católica. *“Em outros países, tais como o Japão, a Irlanda do Norte, a Inglaterra e a Índia, constatou-se que a taxa de endocruzamento é menor entre católicos e que isso provavelmente se deve à proibição canônica...”* (SALZANO, 1967:79).

O trabalho de levantamento estatístico e tentativa de interpretação de Salzano e Freire-Maia (1967) vai deixar de legado o seguinte resultado: as variáveis – o analfabetismo e religião não vão ser responsáveis pelas variações nos índices de casamentos consangüíneos no território nacional. Nem mesmo a questão da densidade populacional ele vai considerar como relevante nesse caso. Ele deixa em aberto o que poderia explicar tal fenômeno. Assim, este estudo procurou entender a lógica dessa organização de parentesco através da perspectiva do observado e não do observador, a exemplo das tentativas que foram vistas anteriormente.

O interior do Nordeste foi ocupado basicamente pela pecuária, como consequência da necessidade de prover a área açucareira de animais para trabalho e

³ O casamento consangüíneo, em alguns graus, é uma das razões no impedimento para a realização do casamento católico.

alimento. O transporte do gado criava áreas onde os criadores estacionavam por algumas semanas ou meses, a fim de descansar e recuperar o peso do gado que emagrecia devido a longas caminhadas para o comércio, e isso teve grande importância no surgimento das primeiras povoações e vilas do Sertão. Nesses pontos fixaram-se povoadores que fizeram uma pequena agricultura, para atender às necessidades mais elementares (ANDRADE, 1979: 37- 44)

O rio São Francisco, embora separasse as capitanias da Bahia e de Pernambuco, não foi empecilho para os criadores desejosos de bons pastos. Os povoadores baianos e paulistas o atravessaram e subiram os vales de seus afluentes da margem esquerda, povoando os sertões nordestinos (Anexos C e D). Essa gente desbravadora não se restringia apenas a homens e servos guerreiros, porque eles tinham que ter uma vida inteira de trabalho na criação e fornecimento da carne para as regiões do plantio da cana-de-açúcar. Entraram, então, sertões a dentro, com toda sua família, famílias mais extensas, compostas muitas vezes de ascendentes, descendentes e agregados.

Nesse quadro de mobilidade, não se pode deixar de perceber a presença do fenômeno “isolamento”, casamentos consangüíneos podem ser causados pelo isolamento geográfico e é o que normalmente ocorre numa ilha ou em um arquipélago.⁴

O fato de essas famílias entrarem sertão a dentro numa época tão difícil, difícil para se locomover e para se comunicar, leva a se pensar que não poderia existir

⁴ Como é o caso dos Açores, que foi tema de trabalho sobre consangüinidade de uma equipe de pesquisadores do Núcleo de Investigação Científica da Unidade de Genética e Patologia Moleculares do Hospital do Divino Espírito Santo em Ponta Delgada, em 2001.

outra coisa a não ser uma endogamia por isolamento geográfico, isolamento espacial. Inclusive porque, segundo Pierson (1965: 159), *“Do isolamento resultam [...] costumes rígidos”* e *“Quando o isolamento [...] torna-se uma regra estabelecida comprometendo apenas setores de relacionamento, vê-se que forma então um princípio básico de organização social [...] um princípio estrutural da sociedade”*.⁵

Mas, no mundo moderno não existe isolamento absoluto, existem apenas variações no grau de isolamento e assim qualquer *“contato, por outro lado, traz a mudança cultural, libertando o espírito das restrições dos antigos costumes, e criando assim uma situação em que é possível o florescimento da inteligência e da invenção”* (PIERSON, 1965: 150). A questão não é de isolamento geográfico, frisa-se bem esse aspecto, pois parece que é bastante explorado no trato aos problemas dos *“isolados rurais do semi-árido nordestino”*, verdadeiros bolsões populacionais geográficos que, pelo seu distanciamento de outro núcleo populacional, acontece de apresentar um índice mais freqüente de casamentos consangüíneos por ausência de opções múltiplas.

O termo *“isolado”* é comumente usado atualmente para indicar uma pessoa que se sente isolada ou separada de outras em proximidade física, mas ele pode ser explicado por um contexto intrapsíquico, em termos da relação entre pessoa e grupo e na relação entre grupos. Existe um sentido que define *“isolamento”* como isolamento social, como uma *“[...] minimização de contato e comunicação com*

⁵ K.Davis apud Dic. de Ciências Sociais Fund. Getúlio Vargas, 1986, p.644.

outros”⁶ e que é medido pelo anonimato, pela mobilidade espacial, localização dos amigos e pela frequência da participação em grupos.

Esse tipo de “*isolamento*” pode ser observado tanto no próprio empenho da família do “Cap.Fundador” de Conceição, ao exercer a endogamia por consangüinidade, como quando o grupo se restringe consciente ou inconscientemente a um campo de relações sociais onde dizem se sentir mais seguros, o campo que corresponde ao da sua “parentela”. Como todo “*parente*” é assim considerado por ser consangüíneo, o grupo usa o termo “primo” como representação dessa idéia, todo “*parente*” é considerado e chamado também de “*primo*”.

Dentro do contexto pesquisado, então, a categoria “*primo*” foi encontrada como uma forma de representação, forma de reconhecimento dentro do sistema de classificação naquela organização de parentesco. Mas, um reconhecimento é uma identificação que, para Saltalamacchia, é o “*processo por meio do qual um sujeito assimila um atributo de outro e se transforma sob o modelo deste, respondendo o seu desejo*” (SALTALAMACCHIA, 1992: 123-124).

Esses indivíduos parecem personificar o sentido dado à categoria “*primo*”, dentro dessa sua organização social. Esse “*primo*” consangüíneo, como significativo, traduz o tipo ideal para alianças conjugais na “*estrutura de relevância*” (SALTALAMACCHIA, 1992:168). É que quando o ser humano se introduz numa ordem familiar, como em outras diferentes ordens também, “*realiza um complexo trajeto em que se vai personalizando, mediante identificações que implicam certos modelos de conduta*” (SALTALAMACCHIA, 1992:124).

⁶ Dicionário de Ciências Sociais Fundação Getúlio Vargas, 1986, p.644.

No processo de identificação e representação do “*primo*”, do parente, foi observado durante as entrevistas que, dos relatos e das histórias, vêm à tona a relação passado/ presente como exercício de memória. Bosi (1994: 81) fala de uma memória com função social, “*É o momento de desempenhar a alta função da lembrança. Não porque as sensações se enfraquecem, mas porque o interesse se desloca, as reflexões seguem outra linha e se dobram sobre a quintessência do vivido*”

Foi nítida a postura das narrativas quase como um “enquadramento” do desejo que parecia consciente por parte de alguns entrevistados. Mas duas coisas faziam com que eu percebesse o processo: o já mencionado conhecimento das ocorrências do passado através de documentos históricos e o entendimento sobre as duas formas de tratamento da memória, a dos jovens e a dos velhos. Bosi (1994: 81) descreve essa dualidade de memória: “*a que é voltada para a ação, feita de hábitos*” e que parece ser a dos mais jovens, “*e uma outra que simplesmente revive o passado*”, que seria a dos velhos por já se encontrarem libertos das atividades profissionais e familiares.

Foi com cuidado em “ouvir” as entrelinhas da forma, durante as narrativas, que trabalhei na identificação de alguns pontos dessa tentativa de “enquadramento” citada acima, para tentar demonstrar uma possível “*desfiguração*” do passado, que foi “*remanejado pelas idéias e pelos ideais, presentes do velho*”.(HALBWACHS in BOSI, 1994: 63)

As análises dos discursos me levaram a fazer uma relação muito nítida entre esses remanejamentos de memórias dos velhos nas histórias narradas, com a busca por maior representatividade social e de reafirmação de uma identidade que os diferenciavam como classe social de elite. É como diz Halbwachs ainda: “*A ‘pressão*

dos preconceitos’ e as ‘preferências da sociedade dos velhos’ podem modelar seu passado e, na verdade, recompor sua biografia individual ou grupal segundo padrões e valores que, na linguagem corrente de hoje são chamados ‘ideológicos’”.

(HALBWACHS in BOSI, 1994: 63)

Este trabalho buscou fazer uma análise do particular, atrelada aos aspectos macro, socioeconômicos e políticos, resgatados inclusive historicamente. Um entendimento do particular da realidade pela dialética existente entre a humanidade em geral e as situações particulares. Esse viés foi desenvolvido através do pensamento de Eric R. Wolf in *Cultura, Ideologia, Poder e o Futuro da Antropologia*, que propõe uma interpretação do poder das elites baseada em um diálogo entre as noções de ideologia e cultura. Uma discussão teórica do problema de tentar integrar o marxismo, a economia política, com a cultura. Wolf (2003) diz que “... *as noções que legitimam as ideologias são retiradas daquilo que pensamos ser a cultura.*”

O capítulo primeiro a seguir, “*Conceição*”, está dividido em três subitens: “*Situação geopolítica e socioeconômica do município*”, onde são descritos os dados levantados pelos órgãos públicos em relação à população; “*Delimitando a ‘Tradição’: Espacial e Temporal*”, que demonstra a ausência de limites geográficos para a “*tradição*” pelas quais poderiam restringir a “*tradição*” dos casamentos consaguíneos dessa família apenas aos moradores e residentes em Conceição, quanto a de temporalidade na memória dos seus velhos ao mergulharem nas lembranças durante as narrativas ou histórias orais, e “*A Calçada: Um Convite às ‘Rodas de Prosa’*”, que fala das calçadas das casas nas ruas da cidade de Conceição, como local onde se reúnem grupos de moradores para as conversas, ‘as prosas’, que reproduzem e alimentam as idéias e ideais da “*tradição*”.

Para segundo capítulo, “*Conceição do Piancó de Ontem e de Hoje: O Livro*”, foi eleita a influência de um trabalho literário, “*Conceição do Piancó de Ontem e de Hoje*” de Adalgisa Alencar Chaves (não editado, mas impresso pela FEBEM Artes Gráficas), na sociedade “conceiçãoense” e na sua ‘*tradição*’ de casamentos consangüíneos. Dividido em três partes, ele vai cuidar, na sua primeira parte, de “ ‘*Uma Só e Grande Família*’: *Está no Livro.*”, onde se farão reflexões a respeito de como o dito no livro conspira a favor da construção da própria identidade do grupo; na segunda, “*Histórias e Estórias*”, será feita uma relação entre o que sabem os “conceiçãoenses” sobre a História dos povoadores e fundadores de Conceição, e o que registram os documentos a respeito, vai falar sobre e transcrever as estórias que eram contadas pelos ancestrais mais distantes, as que foram reproduzidas pelos entrevistados; a terceira parte “*Resgatando nomes Ancestrais na Reprodução de Identidades*”, vai mostrar como as famílias-núcleo reproduzem os nomes de seus ancestrais nos seus filhos para alimentarem a idéia de identidade do grupo maior. Encerra-se o capítulo, na sua quarta e última parte, com o título “*Um lugar de Memória*” onde se pretende analisar o livro como materialização e recorte temporal da memória dos entrevistados.

O terceiro e último capítulo, “*Casamentos Consangüíneos, Poder e Legitimidade em Conceição*”, ficará distribuído em quatro itens: o primeiro, “*Estranho*” e “*Primo*” na *Representação do Mito*”, descreve a diferença existente entre o parente que é considerado “*primo*” por compartilhar do mesmo sangue, independente do grau de parentesco, e o parente que é considerado “*estranho*” por não compartilhar a “*pureza de sangue*” do grupo de família do “Cap. Fundador” de Conceição; o segundo item, “*O ‘Estranho’ nas Redes das Intrigas e Facções*”, trata do “*estranho*” formador de facções por divisão das famílias e como fator de intrigas

por discriminação, e, por fim, “*Consangüinidade e Poder em Conceição*” trabalha a reflexão da prática, a “*tradição*” de casamentos consangüíneos, em termos de legitimidade, representação e identidade na construção e sobrevivência de uma classe social de elite.

Em termos de conclusão foram desenvolvidos, reflexivamente, alguns pontos que foram deixados em aberto para futuros estudos.

2. Conceição

2.1. Situação Geopolítica e Socioeconômica

O território de Conceição, ainda no séc. XVIII, pertencia ao município de Piancó⁷- PB (foto n.01 p. 104). Em começos do séc. XIX, o “Cap. Fundador”⁸ iniciou o povoado chamado Conceição, que apenas em 1881 passou a ser município independente de Piancó.

Situa-se na zona fisiográfica do sertão, tendo por municípios limítrofes: Princesa Isabel, Itaporanga e Bonito de Santa Fé, na Paraíba; Mauriti, no Ceará; Serra Talhada e São José do Belmonte, em Pernambuco. O mapa político apresentado em nosso anexo E ajuda a demonstrar uma localização bastante distanciada de centros urbanos mais desenvolvidos, faz praticamente divisa com os sertões do Ceará e Pernambuco.

Sua extensão territorial é de 1.002 km² e ocupa o nono lugar na área geográfica entre os municípios do Estado da Paraíba. Entre as suas serras, destacam-se: a da Arara, que serve de limite com o Estado do Ceará, a do Padre ou Catolé, nos limites com Pernambuco, do Tamanduá, nos limites com Princesa Isabel, e Bom Jesus, nos limites com Bonito de Santa Fé. O clima é ameno/seco e as temperaturas externas variam entre 22 e 32 graus. No inverno, a mínima chega a 18 graus e, em pleno verão, as noites são bem ventiladas e agradáveis. O município de Conceição é

⁷ Chamava-se Piancó o chefe dos índios Coremas, primitivos habitantes da região. Essa denominação a princípio se estendeu ao rio, e, sucessivamente à primeira fazenda de gado que ali se instalou, e à povoação origem da atual cidade. O vocábulo “piancó” significa pavor, terror, em língua Cariri.

⁸ “Cap. Fundador”: o fundador de Conceição. Não se encontra nomeado por questões éticas.

plano, porém, em certos pontos, surgem pequenas elevações. É a última cidade da Paraíba.

Os rios que atravessam o município pertencem à bacia do rio Piancó (foto n.02 p. 104), o mais importante curso d'água que nasce na serra do Padre ou Catolé.

A população do município de Conceição, segundo resultados de levantamentos estatísticos⁹ demonstrados no quadro abaixo, apresentava-se em 1950 como marcadamente de “brancos” e com aproximadamente um quarto de sua totalidade sendo de “pessoas de cor”, isso nos dizeres dos próprios termos de registro realizados pelo órgão responsável.

Embora esse tipo de levantamento não tenha mais sentido em ser realizado, inclusive pela nova consciência de identidade étnica do povo brasileiro em geral, o que vem a importar desses dados em nosso trabalho de pesquisa seria, não apenas a constatação da existência de uma divisão, de uma separação e de uma legitimação à diferença, vinda do próprio poder governamental na época, mas inclusive como noção percentual entre os tipos levantados dentro do município, relacionando-a com a presença atual de uma postura discriminativa do grupo familiar do “Cap.Fundador” para com o elemento “negro”, o que foi evidenciada durante as entrevistas realizadas em campo. A própria forma de levantamento estatístico vai revelar uma parte importante do perfil da construção da consciência discriminativa da população, e há de se ater que estamos a apenas cinquenta e cinco, cinquenta e seis anos desse levantamento.

⁹ Enciclopédia dos Municípios Brasileiros V.XVII Paraíba e R.G. do Norte. Planejada e Orientada por Jurandyr Pires Ferreira – Pres, do IBGE – Rio de Janeiro. IBGE, Cadastro Central de Empresas 1996 e IBGE, Estatística de Registro Civil, 2000 e 2003. www.ibge.gov.br.

	População	Masculino	Feminino	Branços	Pretos	Pardos	Casados	Desquitados e divorciados	Católicos	Sem declaração de religião	Viúvos homens	Viúvas mulheres
1950	26.162	9.954	10.208	16.236	3.893	8	6.034	13	20.142	20	138	433

O número de adeptos da religião católica é muito elevado, quase 80% da população, um indicativo para análise e tentativa de compreensão para o fato de que, mesmo sendo católicos, não parecem ser rigorosamente obedientes às leis canônicas de proibição para casamentos consangüíneos entre alguns parentes mais próximos, inclusive entre os primos carnais e os de primeiro grau.

O número de desquitados e divorciados é muito pequeno em relação aos de casados, mas não foi encontrado nenhum levantamento do número de divórcios e separações realizadas naquele ano, o que devia acontecer com rara freqüência.

Uma nova realidade social vai ficar evidenciada a partir da análise de dados estatísticos levantados após cerca de um pouco mais de cinquenta anos depois do levantamento anterior. Uma situação a que se pode dizer, a atual, e que vem a seguir demonstrada:

	Residentes	Homens	Mulheres	Casamentos	Separações	Divórcios
1996	17.935	8.767	9.167	175	4	117
2000	17.931	6.881	7.441			
2003				98	12	13

Com referência ao número de casamentos realizados no ano de 1996, com 175 registrados, foram realizados então, segundo o IBGE, uma média de 14

casamentos por mês, o que parece bastante elevado para uma cidade considerada pequena como Conceição do Piancó. Esses dados foram verificados e confirmados conforme divulgação do órgão competente pelo seu *site* na *Internet*. Não foi feita nenhuma busca em campo sobre esse fato, inclusive por fugir um pouco do objetivo deste trabalho, mas o que mais chamou a atenção na análise foi o número de separações (separação e divórcio), realizados nesse ano e em comparação ao número de casamentos: 121 separações para 175 casamentos. Um altíssimo índice de separação entre os casais, quase dois terços dos casamentos realizados foram desfeitos. Sem contar que devem ter existido os que se desfizeram e não se separaram legalmente, não estão nos registros. Esse assunto, realidade ou fenômeno social, será tratado inclusive no item 2.2 deste.

Para o ano de 2003, em termos de casamentos e separações, pode ser observado que houve uma diminuição no número de casamentos, um pouco mais que 50% foi essa redução, e ela passou dos dois terços mencionados acima para praticamente um quarto. Mesmo com essa redução, a frequência ainda se encontra muito alta, no dizer dos conceiçãoenses, durante as entrevistas.

Ficou claro durante as entrevistas que essa realidade, a de haver hoje ainda um número elevado de separações conjugais, pode ou deve estar acontecendo porque os jovens então se distanciando da “*tradição*” do grupo pelo casamento “*com quem se conhece*”, “*com quem se sabe quem é*”, “*com um parente*”. Aparece com uma consciência de que a reprodução social deve ser baseada em uma regra de aliança de padrões endogâmicos. A escolha da esposa implica um equilíbrio entre os interesses das duas famílias envolvidas, e famílias aqui consideradas como grupos domésticos,

unidades econômicas ocupadas em produzir seus fatores de produção (WOORTMANN, 1995: 30).

Os valores culturais e a moralidade em que o grupo familiar do “Cap. Fundador” de Conceição demonstra estar organizado, tem suas bases na própria história da origem desse tipo camponês de relações de trabalho, “*a economia camponesa... de ‘natureza’ distinta daquela da produção capitalista*”(WOORTMANN, 1995: 30-31). Não é um tipo camponês conceiçãoense, mas sertanejo nordestino em geral.

Todo “ campesinato brasileiro tem características particulares em relação ao conceito clássico de camponês”, e “tem uma cultura própria que se refere a uma tradição, inspiradora, entre outras, das regras de parentesco”, diz Wanderley (1996). As características particulares desse campesinato são o resultado do enfrentamento de situações próprias da história social do país e que servem hoje de fundamento a um “patrimônio sócio-cultural”. Seu sistema de produção, o denominado “policultura-pecuária”, é mesmo um bom exemplo dessa herança histórica, exige um trabalho intensivo, que só os membros da família se dispõem a aceitar.

O grupo doméstico campesino, como unidade de trabalho, veio sobrevivendo através da história de cada ciclo econômico como força praticamente independente em termos de auto-sustentação. Quando da época da colonização e do povoamento do Vale de Piancó, toda a região dos sertões nordestinos estava sob a grande demanda ao minério – ciclo do ouro-, e pela criação de gado e agricultura de subsistência. Posteriormente, o criatório realizado nas grandes fazendas foi por

bastante tempo, mais um outro, dos grandes ciclos da economia colonial, impulsionado pelo suprimento à sobrevivência dos que viviam da mineração, como transporte do ouro das minas para a capital e no trabalho dos engenhos principalmente no litoral. O ciclo do gado - “*civilização de couro*”, foi mais uma força impulsionadora na economia colonial.

A economia, não apenas a nordestina, mas a brasileira em geral, se apresentava como uma “*constelação de sistemas em que alguns se articulavam entre si*” (FURTADO, 1961: 108). Açúcar e Ouro eram os dois pólos principais nessas articulações, mas a elas estava articulada também a pecuária, suporte agrícola e dos engenhos de cana e para a subsistência da grande massa da população mineradora.

As raízes da história econômica da região do Piancó estão presas à notícia da possibilidade de existência de ouro no local. Mesmo que não tenha sido representativo para a economia colonial, ele teve sua importância na conquista e ocupação da região, mobilizando grande número de colonizadores e povoadores no séc.XVIII. O “*Ouro do Piancó*” (SOUSA, 1971: 35), embora não tenha tido muita fama, mas unido ao fato de tratar-se de uma região propícia em termos de disponibilidade de água entre outras coisas, levou para região a “*pecuária ultra-extensiva*”¹⁰ em campo aberto” (ANDRADE, 1984: 114).

Como mencionado, os sistemas estavam atrelados a uma realidade que se diversificava ainda mais com a presença de engenhos, que, “*fundados por proprietários vindos da região da Mata*”, levaram para o Sertão inclusive as

¹⁰ “*tipo de sistema o gado é criado solto, procurando o próprio alimento*” (ANDRADE, 1984: 114).

características, a fisionomia diferente da dos que dominavam a caatinga, uma organização, um sistema de trabalho agrícola onde se empregava o trabalho escravo. O brejo paraibano também se apresentava envolvido no ciclo do açúcar como *“se fosse uma miniatura distanciada no tempo e no espaço da civilização canavieira da região da Mata”* (ANDRADE, 1980: 173).

Os engenhos que primitivamente eram movidos a bois, hoje podem ser encontrados em Conceição (foto n.03 p. 105), ajudados pela figura de indivíduos que inclusive trabalhavam e ainda trabalham na casa da caldeira, “mestres” mexendo as garapas (foto n.04 p. 105), transformando-as em mel, rapadura, no preparo do alfinin, das batidas temperadas e muitos dos alimentos para a sua população.

Desde a fundação de Conceição até 1888, quando da Lei Áurea, os engenhos da região do Vale do Piancó, não diferente dos das outras regiões sertanejas, tendo sua produção basicamente para o consumo local, apresentava uma capacidade pequena nas moendas. Assim, teria sido pequeno o número de escravos, *“não ultrapassavam a duas dezenas naqueles engenhos de proprietários mais ricos”* (ANDRADE, 1980: 174).

A cana-de-açúcar, com sua moagem e o fabrico da rapadura, do álcool e da aguardente, do vinagre e do mel, vai também se sobressair hoje em relação aos aspectos culturais, isso pelo próprio modo de vida do conceiçãoense e do próprio sertanejo.

A população de Conceição de hoje, e especificamente o grupo da linhagem do “Cap. Fundador”, conviveu, então, em um passado não muito distante,

com as figuras dos senhores e dos escravos. Essa foi uma realidade muito próxima para muitos dos anciões com um tempo de longevidade de noventa, cem anos. Muitos dos velhos entrevistados carregam ainda na memória o que foi passado pelas histórias e estórias dos pais e avós.

O campesinato conceiçãoense, o nordestino, como o brasileiro em geral, reflete essas particularidades, as dos processos sociais mais gerais, os da própria história da agricultura brasileira, especialmente: o seu quadro colonial, que se perpetuou, como herança, após a independência nacional; a dominação econômica, social e política da grande propriedade e a marca da escravidão.

A presença do elemento escravo, o “negro” no dizer dos informantes nas entrevistas, mesmo sendo em menor número, como mostra a história, parece ter sido mesmo algo muito marcante na realidade social em Conceição e de todo o Vale do Piancó, tanto de uma época que ainda se encontra na memória coletiva, como na sua história.

2.2. Delimitando o espaço da “*Tradição*”: Espacial e Temporal

Quando da visita à Conceição do Piancó em pesquisa piloto, cheguei a pensar que a opção pelo casamento consangüíneo, hoje, estaria entrando em um processo de extinção.

Foi observado que muitos jovens do município, com faixa etária inferior a com menos de vinte anos, já estavam aderindo a uma relação interpessoal mais liberada, e com um nível muito maior de liberdade sexual antes do casamento,

comparado ao que existia há pouco mais de uma geração. Essa nova realidade parece que está entrando em choque com o pensamento e o desejo dos indivíduos de mais idade, e com os pais desses jovens, principalmente, ao dizerem que seus filhos não estavam seguindo mais as suas orientações.

Como estariam esses jovens hoje em relação à opção pelo casamento consanguíneo?

“... Ainda existe de casar primo com primo, ainda existe, só que também tá acontecendo de casar sem nada a ver, sem ter nem conhecimento da família, de repente vai conhecendo através do namoro..Agora eu acho que é mais pra desmantelo.Ainda acontece casamento entre famílias, dentro da família, ainda acontece, como aconteceu recentemente. Ainda acontece, mas a maioria deles é entre pessoas que não têm nada a ver com a família”.(Rosália)

A dúvida de que os casamentos entre primos fossem por uma questão de falta de outras opções, trabalhada em praticamente todas as entrevistas, apresentou-se sempre a indagação sobre a existência ou não de outras opções conjugais que não a de com o primo.

“...Tem muitas opções, tem moças, rapazes, tem muitos lugares aqui por perto. ...Que tinha influência dos pais, com certeza tinha”.(Rosália)

Segundo Salzano¹¹, “...os matrimônios entre primos-irmãos...caíram de 2,3% na década de 1950 para 1% na década de 1980”, mas no geral, a lei brasileira não traz muitos empecilhos. O Código Civil de 1916 proibia o casamento entre “colaterais até terceiro grau”, ou seja, entre tios e sobrinhos. Esse artigo foi modificado em 1941, quando a união consanguínea entre esses parentes foi permitida, mas o novo Código Civil de 2002 ressuscitou o mesmo artigo, isto é, legalmente, a

¹¹ Presidente da Sociedade Brasileira de Genética e professor da UFRGS. www.clipping.ufrgs.br/online-jornal 2

união entre colaterais até terceiro grau é proibida por lei. Primos, no vocabulário jurídico, são colaterais em quarto grau. A Igreja Católica não veta, mas dispara o alarme quando isso ocorre. Pouca gente sabe, mas para ser concretizado o casamento na Igreja, o casal consangüíneo precisa de autorização do bispo da diocese.

“A honra da família ainda é muito forte aqui. Jovens de menos de 16 anos que chegam pra casar, mas se não tiver 16 anos completos tem que pedir licença ao Bispo, e isso faz de vez em quando. Não pode marcar enquanto não chegar essa licença”. (Rosália)

Você está dizendo que toda semana vão pedidos para o Bispo?

“É, toda semana.” (Rosália)

Quer dizer que você trabalha no fórum com casamentos civil e na Igreja?

“Eu já presenciei as formas de casamento, muitas delas, que não é como eles querem. É pra dar uma oportunidade de agradar os pais. Mesmo que não tenham amor, mas eles querem. Por sorte pode dar certo, mas por sorte. Os dois viverem bem, isso aí é difícil de acontecer. Difícilmente a gente vê alguém dizendo que está se preparando pra casar. Difícilmente a gente vê isso, não é Maria?” (Rosália)

Como foi visto anteriormente, os dados estatísticos comprovam a realidade descrita pelo entrevistado. Os jovens, ainda em faixa etária menor, em plena adolescência, não demonstram estarem correspondendo às expectativas dos seus pais.

Essa nova realidade estaria modificando a “tradição” das uniões conjugais entre primos como preferenciais? A instabilidade nos índices estatísticos em relação ao fenômeno já havia sido observada por estudiosos, e suas conclusões podem colocar abaixo a idéia, de que, aqui, esse novo quadro social fosse definitivo. Foi observado por Salzano e Freire-Maia (1967) que, em algumas localidades, verificou-se, primeiro, uma elevação das taxas dos casamentos consangüíneos, a que se seguiu uma baixa que se prolongou por vários decênios. Dizem eles que esse tipo de variação no tempo deve refletir importantes ocorrências históricas.

“... então, se estabelece um baixo nível de casamentos consangüíneos, pode ocorrer um período de estabilização social seguido por um paulatino aumento das freqüências de casamentos consangüíneos. Quando estas se encontram bastante elevadas, um surto de progresso poderá provocar a sua baixa. (SALZANO e FREIRE-MAIA, 1967: 200)

A “*tradição*” da opção preferencial pelo casamento consangüíneo transcende os limites geográficos do município de Conceição. Os relatos dos entrevistados estão repletos de referências a respeito dos que saíram de Conceição para estudar, para trabalhar, para morar e viver em outros locais, mas, ao mesmo tempo que retomam nas lembranças das idas, das partidas dos seus parentes, anunciam suas opções conjugais como uma renovação de seus laços. Parecem orgulhosos ao colocarem que seus casamentos, mesmo distantes fisicamente de Conceição do Piancó, foram com “*primos*”.

“Eu casei em São Paulo, mas casei com parente”.(Amanda)

Os migrantes estão sempre voltando às origens, uns com mais e outros com menos freqüência. Sahlins ¹², em *O “Pessimismo Sentimental” e a Experiência Etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção* (parte II), comentando sobre os Uritai de Nova Guiné dos anos noventa, diz que três quartos dos Uritai haviam nascido numa cidade, ou estavam ausentes da aldeia há muito tempo. Seus direitos sobre a terra de origem haviam expirado, mas ainda eram “Uritai”, e interagiam de modo intenso com os aldeãos de sua terra de origem. Explica que a conclusão dos estudiosos é que “*os laços primários entre a aldeia e a cidade não sofreram processo algum de enfraquecimento*”.

Consta das primeiras páginas do livro “*Conceição do Piancó de Ontem e de Hoje*”, de Adalgisa A. Chaves, uma migrante - obra que servirá inclusive de tema ao

¹² http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=

nosso próximo capítulo -, uma “Nota Saudosista” onde expressa bem esse laço sentimental com sua terra natal explicado por Sahlins¹³:

“Querida e Inesquecível Conceição

‘Todos cantam a sua terra. Também vou cantar a minha...’, já dizia o poeta.

O lugar onde nascemos, seja onde for, ocupa em nosso coração um espaço reservado e permanente, relicário sagrado, velado com o mais puro sentimento de amor filial, por mais distante que dele estejamos.

Conceição dos nossos avós, dos nossos pais, da nossa infância e adolescência!

Nossa querida amiga e inesquecível Conceição!

Bendita terra por tudo que nos mostrou, ensinou e nos deu de bom, belo e duradouro!

Onde através dos tempos aprendemos a caminhar, falar, sorrir, chorar e amar. A conviver em harmonia com os nossos semelhantes. A respeitar e amar os nossos pais, mestres e os mais idosos. A admirar com prazer as belezas naturais da terra e agradecer e venerar o nosso Deus dentro de uma filosofia religiosa tão pura e inocente! ...Época em que as pessoas simples eram ainda mais simples, cheias de admiração e respeito aos mais afortunados da sorte...

_ Dá licença, compadre! _ A benção, madrinha!

Sentia-se verdadeira alegria de viver, rindo fácil e descontraidamente, com motivos ou mesmo pelo puro e simples prazer de estar no ambiente acolhedor e amigo.

E hoje apesar de nos encontrarmos desligados fisicamente da nossa terra e da nossa gente _ contingências da vida! _ se nos inquirem de onde somos ou onde nascemos, nossa resposta sai espontânea e vaidosa:

_ “De Conceição do Piancó da Paraíba!”.

Esse sentimento de pertença que o migrante carrega consigo vai fazer com que não rompa, na maioria das vezes, com suas tradições, não rompa a “tradição” da opção pelo casamento consanguíneo. Isso ficou muito nítido na fala do entrevistado que se segue:

“Foi em João Pessoa no baile de formatura de aspirantes. Eu estava no primeiro ano da Academia, eu era cadete. Aí quando teve o baile, a tia dela é que estava organizando o bufê, e ela tava com a tia dela lá. Ela disse que o pai dela era Pires, eu disse que também era Pires, que o nome dela tinha Pires, eu disse que o meu também tinha. Aí quando foi mais ou menos seis anos depois a gente se encontrou através de um amigo meu que a esposa dele era amiga dela, tinha estudado com ela. Aí a esposa desse colega meu tinha estudado com ela. Disse: rapaz, vamos sair...essas coisas, teve outros contatos e aí esbarrou em Daniel e Danilo.

Aí eu criei a curiosidade de saber de onde vinha o Pires. Aí eu conversando...o avô dela é de Pombal...Pires de Pombal. O pai dela, porque também o pai dela era de Pombal.

¹³ http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid

Eu só sei que o Pires dela vem do avô paterno e que o avô paterno era de Pombal. Porque os Pires, a maioria sai daqui né? Daqui de Conceição. É que os Pires, também daqui, deve ter vindo de um núcleo só, né? Os Pires daqui é um núcleo só né? (Manoel)

O entrevistado buscou, inclusive, legitimar a representação social da família no momento em que revela sua consciência de que os Pires são uma só família, e quando coloca que todos partem de um ponto comum e são parentes. Quando se reporta, ao momento que mostrou que os dois eram do mesmo sobrenome, do mesmo bloco familiar, que poderiam ou deveriam estar ligados a um ilustre escritor cearense de mesmo nome. A questão da legitimação da identidade e sua representação na sociedade será abordada neste trabalho posteriormente.

Não podemos delimitar então um espaço físico para essa “*tradição*”, ela transcende a qualquer tipo de tentativa de uma apreensão. E para a delimitação de um tempo para o exercício dessa “*tradição*”, há de se levar em conta que “*O tempo, ...é apenas uma criação artificial, obtida pela adição, combinação e multiplicação de dados emprestados às durações individuais, e somente a elas*”. (HALBWACHS, 1990: 95)

A “*tradição*”, como algo que está preso na memória, nas lembranças, tem uma determinação de tempo, ela mergulha no passado no limite das lembranças. Existirá sempre enquanto for alimentada, repassada e reproduzida.

“Deixa eu contar a estória do Leandro pra ela: Leandro era um rapaz dos lado dos Milano lá desse mundo Aí Leandro veio roubar Valda Moreira. mais de dez vezes. Quando ele roubou essas vezes todinha, aí um compadre disse assim, oh! compadre, deixe Valda casar. Ela já tava fugida dez vezes...Aí disse assim: Deixa casar compadre, sua filha casar com Leandro.”(Andréia)

De que época foi esse Leandro?

“Eu sei lá? Quem é que sabe?”(Andréia)

É antes ou depois da Tia LA.?

“É pra trás”.(Andréia)

“O tempo é real somente à medida em que tem um conteúdo, isto é, quando oferece um conteúdo de acontecimentos ao pensamento. É limitado e relativo, porém tem uma realidade plena. É muito amplo, aliás para oferecer às condições individuais um quadro suficientemente respaldado para que elas possam nele dispor e encontrar suas lembranças.”(HALBWACHS, 1990: 130)

São nas calçadas das casas, nas ruas da cidade de Conceição, que são alimentadas e reproduzidas as lembranças existentes nas memórias dos indivíduos descendentes do “Cap.Fundador”, os consangüíneos e os não consangüíneos, mas que comungam das mesmas histórias, das mesmas lembranças, das memórias e dos esquecimentos. Eles alimentam as idéias e ideais da tradição.

2.3. A Calçada: Um Convite às “Rodas de Prosa”

A experiência do costume das “*prosas*” nas rodas de pessoas sentadas em cadeiras confortáveis ou não, em bancos ou bancadas, nas beiras das calçadas onde se colocam, é um desafio e uma forma das mais importantes de preservação da própria “memória coletiva”, a do grupo, a da linhagem.(LE GOFF, 2003:16).

Os grupos de velhos de Conceição do Piancó, com suas cadeiras em círculo, recebem em suas calçadas os entes mais próximos, os que podem ser primos ou não, mas que chegam compartilhando das conversas e histórias dos antepassados que lhes são comuns (foto capa e n.06 p. 106). É um momento em que a comunidade parece parar no tempo para recordar o passado, fazer reconstituições e lhe dá novas roupagens. Foram bons momentos para as anotações sobre a genealogia dessa família, entender as conversas e o que eles chamam de “*prosas*” sobre os parentes, os primos e sobre seus ancestrais.

O tempo parece não passar para os mais velhos que ainda vivem em Conceição do Piauí. Eles contam histórias de um tempo que Conceição era uma só família, tornando-se assunto predileto das “*rodas de prosa*” nas calçadas e no cair da tarde. Segundo uma das entrevistadas:

“... o desejo dos pais é ver seus filhos, casarem direitinho, casarem com alguém da família, com gente que se sabe quem é ...”. (Rosália)

Disse ainda que, esse tipo de casamento os com parentes, continua acontecendo, e ao falar sobre ele, deixou transparecer uma certa alegria e satisfação nas palavras e no olhar. Falam assim:

“...casam-se mais, tios com sobrinhas, do que tias com sobrinho, mas casam-se muito primo com primo, não tem importância o grau, são primos, do mesmo sangue, mesma família, são parentes”.(Rosália)

Os mais velhos ainda passam para os filhos a importância de:

“permanecer na família, uma questão de segurança”.(Rosália)

São as calçadas das casas nas ruas da cidade de Conceição o local onde se reúnem grupos de moradores para as conversas que reproduzem e alimentam os ideais da “*tradição*”.

“Essa família de Rogério. no Rio de Janeiro, Valda Branco. De en, faz muito anos, quando ela foi no Rio de Janeiro, quando chegou disse: -Olha Bl., sua família é toda no Rio, é uma família ilustrada, sua família no Rio. Olhe, sua família, a família de Rogério, e eu penso que a de Cl... Tudo isso ela falou.”(Valda de Sr.José B.Branco)

“...aí, quando Ct passava por aqui pra ir pras terra dele viu? Ele era muito rico esse Cd.”.(Sr.José B. Branco)

Valores como os da riqueza, da nobreza, da “pureza de sangue” ou “realeza”, foram sempre referenciados pelos entrevistados, mas incluíam valores intelectuais, de honra e de ética de forma tão representativa quanto os primeiros.

“O pai de Dr.Barreto Branco se chamava Papai Amaro Souto Maia. Agora, a mulher eu não sei.Papai Amaro é daqui e Dr.Barreto foi estudar em Recife e começou com esse namoro com essa moça. Aí Dr. Barreto Branco começou o namoro com Regina, né? Aí, vocês não viajam hoje? Assim foi ele, ele ia viajar amanhã, não sei se era de carro, nesse tempo não tinha carro. Pai dizia que ela disse: Pai eu tô namorando com um rapaz assim, assim,...e como é que eu posso pegar ele? Ele disse, bota a chave debaixo da porta..., quando eu vier de manhã... Ela dormia num quarto assim vizinho na casa. Papai, e o patinho? O patinho tá pegado papai. Aí botou a chave por debaixo da porta...

Vê aí? É estória antiga né?

Pai disse, contou, que ele disse, meu avô que contava ao meu pai, né? Ela chamou, entregou a chavinha, abriu a porta...Aí fizeram o casamento. Aí tratou de chegarem naquele dia, né? Mas ele não se agradou. Se é pra falar a verdade, eu digo que ele não se agradou. Aí pai disse, que ele disse...Aí o velho quando viu ela, o velho e a velha. Aí fizeram o casamento. Não sei se foi a cavalo que passava dois meses ou três, mas chegaram aqui. Aí quando eles chegaram, passaram a chave na porta, se trancaram, e não quis mais conversa com ninguém. Não quis receber. Porque naquele tempo o povo só queria casar com a família né Ln? (Andréia)

O “Dr.” é a figura simbólica, mítica, que aparece como um dos poucos elos que restam entre o presente e um passado em que o grupo representava uma elite naquela sociedade. A essa figura de “importância” social, todos se inclinam a tentar mostrar um tipo qualquer de relação de parentesco por simbolizar o próprio ideário coletivo. Sua imagem mítica não poderia ser destruída com um casamento realizado fora da família, quebrando a “*tradição*”.

Os ideais do grupo que estão sempre sendo alimentados e reproduzidos, fazem parte de um sistema de relações existente entre o discurso e suas condições sociais de produção, quer dizer, na interface entre o sujeito e o coletivo. Estão representados nas marcas produzidas nos discursos sociais, de acordo com Giust-Desprairies¹⁴ quando diz que o ideológico não tem nada a ver com a problemática do verdadeiro e do falso, nem com noções tais como ocultação e falsa consciência.

¹⁴ Giust-Desprairies (1988). Texto publicado na revista Connexions no.51/1988-1 Paris . Foi traduzido e trabalhado por Ivonita Trindade. Dra. Departamento de Sociologia da UFPE.

Nas “*rodas de prosa*” são contadas e recontadas as histórias fantásticas que os símbolos ancestrais deixaram como legado quase como se soubessem que com elas, das mais absurdas e mentirosas que se pode contar, seus nomes, suas figuras iriam ser reproduzidas por gerações e gerações sem conta.

Estória 1:

“Esse Dr. F.A. mesmo, tem uma passagem das histórias de AX., que ele era fazendeiro lá no Ibiara, era a fazenda de AX chamada “Poço do Cavalo”. Então deu piolho nos animais. Aí disse que esse “Poço do Cavalo” que era propriedade de AX. Então disse que ele botou fava com azeite, pisou a fava e botou com azeite, que tinha dado piolho, né? Nesse tempo o povo não fazia manga, para criar não... Um cercado grande chamava-se manga. Aí eles soltaram os bichos. Aí naqueles meios, ele tava deitado no alpendre da casa, uma casona de taipa grande! Com bem dez metros de largura. Aí ele viu aquilo bulindo na “Serra da Palha”, viu aquilo se movimentando. Aí disse: F.A. vá olhar o que é aquilo que está se movimentando açula. Aí F.A. foi, filho dele, era menino. Aí F.A. foi. Aí quando chegou lá, viu aquilo caminhando, caminhando... Aí ele foi chegando mais perto, a fava nasceu. As histórias de AX. eram assim, a fava nasceu no espinhaço da besta e enganou todo mundo. O povo conhecia ele pelas histórias, viu?” (Sr. José B. Branco)

Estória 2:

“Ele era engraçado... Aí quando ele chegou lá na espera, tava cheio de jacú¹⁵. Ele foi caçar com a espingarda atrás de um jacu, aí quando chegou lá na espera tava cheio de jacu. Ele foi ajeitando a espingarda, tinha um veado no tronco do pau. Ele pensou: mas se eu atirar no jauú perco o veado, e se atirar no veado perco o jacú. Aí ele botou uma bala solta na espingarda e aprumou¹⁶ pro veado viu? Pá!!! Subiu a espingarda. O viado caiu, e jacu caiu nove. Aí viu um rio de mel. Ele disse: vou olhar esse mistério, aí subiu. A bala que passou no viado, pegou num pau de tamarindo, e tava saindo um canudo de mel de um lado a outro. Ele sentou-se pra discançar um pouquinho, aí quando cuidou não viu água, nem caça, nem nada. Valei me! Minha Nossa Senhora!!! Virou-se, tava em cima de um tatu verdadeiro, e o tatu levando ele riacho a dentro”. (Sr. José B. Branco)

“O velho AX. era tido como mentiroso, fantasioso, criava histórias bonitas”. (Sr. José B. Branco)

¹⁵ Jacu é nome dado a uma espécie de pássaro

¹⁶ “aprumou” foi usado no sentido de “apontou”.

Estória 3:

Tem uma estória que diz que foram plantar...

A semente de fumo era uma mostarda, uma semente bem miudinha. Plantaram até ao meio dia, quer dizer...

Mas que, de meio dia pra tarde, ele se arrependeu e foi tirar tudinho”.(Jorge)

Estória 4:

“ Diz que ele era vaqueiro, e o vaqueiro, a calça se chamava perneira, o paletó chamava gibão. E dentro do gibão tinha dois bolsos por dentro, porque por fora podia agarrar na galha de árvore e levar né? Ai viu um ninho de papagaio na árvore. Ai ele subiu na árvore, chegou lá, tinha dois ovos. Ai tirou os ovos, botou no bolso do gibão. Ai, passou-se, passou-se, passou-se, e esqueceu daqueles ovos né? Quando foi tirar, o papagaio foi dizendo: Donzinho!... O papagaio já tinha nascido, se criado e já estava falando viu?” (Jorge)

Estória 5:

“vi num livro sobre Conceição, que existiu um ... que vivia lá pela Corte na época do Império, parece que ele por ser muito importante, representou d.Pedro em um pedido de noivado”. (Manoel)

Da mesma forma que reproduzem as figuras ancestrais nas “*rodas de prosa*”, é nesse momento que o grupo de Conceição do Piancó atualiza a relação com os vários familiares dispersos em outros Estados e microrregiões ao receberem continuamente notícias dos parentes nas conversas das calçadas. É muito forte o “costume”¹⁷, o de estar sempre perguntando sobre um, sobre outro, sobre aqueles que moram fora de Conceição.

Nas calçadas das ruas de Conceição, trocam-se as idéias que vão dar suporte a ideologia do grupo, e dentre elas fazem sempre referência às informações que estão registradas no livro da autora migrante já referenciada acima, como um exercício de conspiração para afirmação da própria identidade da família do “Cap. Fundador” de Conceição.

¹⁷ O termo “costume” não está sendo usado como sinônimo do termo “hábito”. Este poderia dar uma conotação ao conceito de “*habitus*” de Pierre Bourdier, o que não caberia no desenvolvimento das reflexões sobre ideologia desenvolvidas neste trabalho.

3. “Conceição do Piancó de Ontem e de Hoje”: O Livro

3.1. “Uma Só e Grande Família”: Está no Livro

“Uma Só e Grande Família

Como se sabe, Conceição pertenceu primeiramente a Pombal depois a Piancó e, finalmente, a Misericórdia, (hoje Itaporanga).

Após sua emancipação, teve como povoados, vilas e distritos os atuais municípios de Ibiara e Santana de Mangueira.

Assim sendo, as primeiras famílias chegadas à região, nos primórdios do seu povoamento, como também seus descendentes, entrelaçaram-se de tal maneira que constituíram entre si uma só e grande família. Essa enorme família, com os mesmos costumes, a mesma religião e os mesmos ideais, continua até hoje irmanada pela amizade e confiança, num só desejo de luta e persistência no caminho do desenvolvimento e progresso da região.

Por isso, falar sobre Conceição, é falar também sobre Ibiara e Santana de Mangueira.

E ainda hoje, muita gente (da “velha guarda”, como eu), nascida em Conceição, Ibiara, Santana de Mangueira, Engenho Calunga, Cachoeirinha, Cipaúba, Capim, Maria Soares, Lira, etc., e que reside distante, seja no Sul, Norte, Centro-Oeste ou Sudeste do Brasil, quando inquerida sobre sua naturalidade, costuma responder simplesmente:

- ‘Sou de Conceição do Piancó, da Paraíba’. ”

Adalgiza Alencar Chaves
in “Conceição do Piancó de Ontem e de Hoje”

O livro que serve de assunto às “*rodas de prosa*”, resume como a autora vê ‘Conceição do Piancó’, o que se encontra em sua memória. Local onde coloca seus sentimentos saudosistas por ser uma migrante, como parte individual, mas registra o que sabe sobre o povoamento da região do Vale, sobre sua colonização, um pouco do que existe da História oficial. Aborda, entre outros, alguns aspectos geopolíticos e socioeconômicos. Mas algo torna o livro sempre vivo, presente à população conceiçãoense: a parte que a autora dedica à genealogia da família do “Cap. Fundador”. Esse contexto genealógico de ancestralidades e descendências se tornou referencial para os grupos, os de “*primos*” e os de “*estranhos*” que reproduzem suas idéias nas conversas sobre parentesco nas cadeiras das calçadas, o que faz lembrar Halbwachs (1990:92) quando diz: “... em torno de alguns objetos nosso pensamento se encontra também com o dos outros.”

“...o livro dela quando chegou era mais pela curiosidade, de fato, porque como ela escreveu de oitenta e quatro, oitenta e cinco, foi mesmo a tradição que eu tinha dez anos e saí daqui pra João Pessoa e com isso eu fui arrancado da minha infância e fui transferido para João Pessoa. E tudo que me ligava a Conceição, era motivo de ... Vamos dizer, era criança com dez anos, eu tinha aquele gosto por Conceição né? Ainda hoje o fato de vir morar aqui é uma coisa mais de infância mesmo, porque eu tinha dez anos, minha infância, tinha minha liberdade. Eu tinha dez anos, àquela liberdade, eu fui mandado pra João Pessoa para estudar. Ai em João Pessoa mudou toda a rotina, tinha que pegar ônibus, acordar cedo, solto pela cidade, um certo horário já tinha que estar em casa, coisa que eu tinha uma infância, chegava quando dava nove horas, todo mundo se recolhia. E com isso eu estudava em João Pessoa e passava aquele período de estudo na casa da minha vó, e quando dava as férias eu corria pra cá. Ai, juntava a fome com a vontade de comer porque, quando eu chegava aqui já tinha a liberdade e não tinha o compromisso de estudo, pronto. Aqui pra mim era um paraíso. Ai eu criei isso aqui no meu subconsciente como o paraíso porque eu vim primeiro que ela, e quando eu cheguei que andava na cidade, mesmo fardado mesmo, parecia que eu estava passeando. Até a “ficha cair”, eu tive que passar o que? Até cair na rotina... eu pensava, eu tô trabalhando, vai, tá chegando aquela rotina, aquela obrigação...aquela coisa..., com mais ou menos seis meses é que... Ai eu criei isso aqui como sendo um paraíso. Ai tudo que vinha de Conceição, o livro de Adalgisa, eu comia lendo”.(Jorge)

Como diz Halbwachs:

“...o que rompe a continuidade de minha vida consciente e individual, é a ação que exerce sobre mim, de fora, uma outra consciência, que me impõe uma representação a qual ela está presa. É uma pessoa que cruza meu caminho, e me obriga a reparar em sua presença. Mas, em todo caso, os objetos materiais se impõem também de fora à minha percepção.”(HALBWACHS, 1990:97)

Ao ter feito referência, nome a nome, aos membros das dezenas de famílias núcleo, todas com suas respectivas descrições de como estão ligadas ao “Cap. Fundador”, a autora transformou o livro em um registro material do que até então existia apenas na memória do grupo.

Através dos depoimentos colhidos nas entrevistas, ficou clara que a acolhida dada ao livro pela população não foi das mais receptivas. Tanto os grupos de “*primos*” como os de “*estranhos*” demonstram suas insatisfações a respeito do que foi colocado no livro. A base principal dos argumentos dos “*estranhos*” é a questão de

quem tem e de quem não tem direito a ter seu nome no livro. O que foi e o que não foi justo ter sido colocado. As colocações dos grupos de “*primos*” diz respeito principalmente aos nomes que se encontram ausentes.

“Ah! O livro de Adalgisa tá tudo errado. Botou gente que nem era pra botar. Ela coloca nome de gente que não era nem era pra botar: Uma bolera que eu foi criada com eles...Não direito não. Agora, quem tinha direito....Tinha gente que tinha mais direito.” (Andreia)

A importância do livro existe, por ser um ponto de referência que vai estruturar a memória de cada indivíduo e a dos grupos conceiçãoenses em geral, os que estão ligados a uma determinada realidade que se cristaliza através do livro enquanto matéria. O livro define o que é comum ao grupo e o que os diferencia dos outros, marca identidades porque *“fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras socioculturais.”*(POLLAK, 1989: 3)

Um processo de disputas ficou perceptível durante as entrevistas, sua análise pode ser encontrada no item 4.2, *“O ‘Estranho’ na Rede das Intrigas e das Facções”*. São disputas abertas, declaradas, conscientes, e são disputas imperceptíveis aos olhos do observado, quando *“as impressões afetivas elas mesmas tendem a se manifestar em imagens e representações coletivas”* (HALBWACHS, 1990: 96). Inconscientemente deixavam passar, à observadora, sinais de uma espécie de *“‘negociação’ para conciliação entre a memória coletiva e as memórias individuais”* (POLLAK, 1989: 3-4).

“Em todo caso, se se puder, com durações individuais, reconstruir uma duração mais ampla, e impessoal, na qual estão compreendidas, é porque elas mesmas se destacam sobre o fundo de um tempo coletivo ao qual emprestam toda a sua substância.”(HALBWACHS,1990: 100)

Ao tratar da chegada do grupo familiar pioneiro na região, do ancestral que para parte do grupo ou para sua totalidade é comum, o livro, de certa forma, parece ser um instrumento que busca, em sua materialidade, uma espécie de padronização às referências históricas que cada indivíduo carrega em sua memória. A tendência a essa padronização, no entanto, vai seguir um caminho de total desprendimento por parte dos membros do grupo, que não demonstra ter a menor preocupação se aqueles dados correspondem aos registros e documentos históricos. A satisfação que os entrevistados, principalmente os mais velhos, passam através de seus semblantes aos momentos das lembranças, faz com que se possa reportar às palavras de Halbwachs quando diz:

“Existem horas mortas, dias vazios, enquanto que em outros momentos, quer seja porque os acontecimentos se precipitam, seja porque nossa reflexão se acelera ou porque nos encontrávamos em um estado de exaltação e de efervescência afetiva, temos a impressão de ter em algumas horas ou alguns dias, vivido anos.”(HALBWACHS, (1990: 98)

3.2. Histórias¹⁸ e Estórias

Houve uma época em que as palavras “história” e “estória” eram assim usadas, uma com a letra “H” e a outra com a letra “E”, para que se pudesse fazer uma distinção entre uma narrativa do que se dizia tratar-se de “fatos reais”, uma “verdade”, de outra, que mais se aproximava de uma fantasia ou criação. Atualmente, a nossa língua as coloca como sinônimas, apenas recomendando seu uso na primeira forma *“tanto no sentido de ciência histórica, quanto no de narrativa de ficção, conto popular, e demais acepções”* (FERREIRA, 1999: 839).

¹⁸ “Nessa análise descritiva, o antropólogo se aproxima do trabalho do historiador. Torna-se um registrador e um intérprete das mudanças sociais.... o trabalho do antropólogo nesse aspecto difere significativamente do da maioria dos historiadores.... Em geral ele se apóia muito mais em suas próprias observações pessoais do que em documentos. Isso lhe dá a grande vantagem de ser capaz de avaliar diretamente os acontecimentos”.(FIRTH, 1974: 97)

A noção do que é e do que não é verdade ao se fazer uso dessas formas da escrita parece ficar mais clara durante a descrição, embora exista a nítida consciência de uma relatividade à construção dessa “verdade”, inclusive como “verdade histórica”. Não se pode estar totalmente preso às reflexões sobre a atual “*tomada de consciência da construção do fato histórico, da não-inocência do documento...*” (LE GOFF, 2003: 11-13), a ponto de se tornar completamente cética a objetividade histórica quando de um relato ou narrativa ao acontecimento passado. O interesse do trabalho na história, interesse em um passado, mesmo meio construído, está na ajuda em esclarecer um presente, que nesta pesquisa prende-se a entender a lógica do grupo de parentesco de Conceição para a opção preferencial pelo casamento consanguíneo.

Neste item do nosso trabalho, ‘memória coletiva’ vai ser representada em “estórias”, elas refletirão aquilo que o grupo fez e está fazendo do que foi o seu passado. É que, os conceiçãoenses têm essas estórias como um bem inalienável, muito embora sejam manipuláveis, porque afinal, vão se revelar como instrumento de luta e de poder ao mesmo tempo em que representam um valor afetivo e simbólico.

A memória aqui é pensada enquanto produção simbólica e chega como fruto do imaginário social. Um historiador pode chegar a duvidar de suas certezas indo à busca de rever sua produção que foi produto de um imaginário delineado por memórias mais específicas.

Como diz Le Goff (2003: 467), “*história e memória*” confundiram-se..., e a história parece ter-se desenvolvido sobre o modelo da... memorização.”

“A memória coletiva avança no passado até certo limite, mais ou menos longínquo aliás, segundo se trate deste ou daquele grupo. Para além desse limite ela não atinge mais os acontecimento e as pessoas numa apreensão direta. Ora, é

precisamente aquilo que se encontra além desse limite que detém a atenção da história: Costuma-se dizer às vezes que a história se interessa pelo passado e não pelo presente. Mas o que é verdadeiramente o passado para ela, é aquilo que não está mais compreendido no domínio onde se estende ainda o pensamento dos grupos atuais. Parece que ela precisa esperar que os antigos grupos desapareçam, que seus pensamentos e sua memória se tenham desvanecido, para que ela se preocupe em fixar a imagem e a ordem de sucessão dos fatos que agora é a única capaz de conservar.” (HALBWACHS, 1990: 109)

Um estudo genealógico realizado sobre a ancestralidade do “Cap.Fundador” de Conceição (ver parte desse estudo no quadro abaixo), mostrou que este tipo de opção conjugal vem de muito antes da chegada dessa família à região dos sertões no Nordeste, ela vem do Sudeste/Sul, terra dos ancestrais. Boa parte da família parece ter migrado dos campos gerais de Curitiba para o Vale do Piancó na Paraíba através dos caminhos do gado (Anexo D).

Uma gente que viveu na região paranaense, hoje Curitiba, fazia parte da Capitania, depois Província de São Paulo, Planalto Meridional, que se caracterizava pela presença de campos entrelaçados de florestas onde predominava o desenvolvimento da pecuária e de comunidades campeiras dedicadas ao criatório e à comercialização do gado. A mesma atividade de origem dos primeiros que chegaram à região do Piancó na Paraíba.

“Muitos dos paulistas empregados nas guerras do Norte não tornaram mais a São Paulo, e preferiram a vida de grandes proprietários nas terras adquiridas por suas armas: de bandeirantes, isto é de povoadores, passaram a conquistadores, formando estabelecimentos fixos. Ainda antes do descobrimento das minas sabemos que nas ribeiras do rio das Velhas e do São Francisco havia mais de cem famílias paulistas, entregues à criação de gado, ...”(VIANNA, 1935: 49)

Registraram os documentos históricos que em 1712 tinha chegado a notícia da existência de ouro nos sertões dos Icós¹⁹, fazendo com que fossem armadas novas *entradas*, das que já faziam há muitos anos antes ao interior do Nordeste. Uma delas foi “*a do Capitão Manuel da Cruz, provido de soldados e índios frecheiros, e cartas régias da época registram ...*” (ABREU in FERNANDES, 1950: 14). Esse Capitão de *entrada* foi o primeiro marido de Joanna Moreira Barreto (nome fictício n. 4 do quadro abaixo), avó do “Cap. Fundador” de Conceição do Piancó, representado pelo n.13 deste quadro (RODERJAN, 1992:36).

Não consegui levantar detalhes da história de como, e exatamente quando, foi a chegada da família ancestral do “Cap. Fundador” de Conceição ao Vale do Piancó na Paraíba, mas sabemos inclusive que, em 1715, quando já assinalavam as secas como flagelo climático da região, “*uma carta régia de 31 de março de 1715 pede informações acerca da conveniência da extinção do Terço dos Paulistas do Açu, requerida por seu Sargento-Mor, em virtude da miséria em que se achavam oficiais e soldados há mais de quinze anos ...*” (ABREU in FERNANDES, 1950:14).

O avô do “Cap. Fundador” de Conceição foi Saulo dos Santos (nome fictício n.3 do quadro abaixo), terceiro matrimônio da Joanna n.4 citada acima (RODERJAN, 1992:36). Esse Saulo dos Santos foi ouvidor e corregedor de Paranaguá em 1734, mas tinha sido transferido no exercício desse mesmo cargo para as ribeiras do rio São Francisco. Passou ele a ser o ouvidor das fazendas do rio São Francisco. E Joanna era proprietária de fazenda de gado por herança de seu pai, n.1 José Moreira Barreto, homônimo do “Cap.Fundador”de Conceição.

¹⁹ Os Icós, eram índios de uma das tribos da nação Cariri. “Os índios Cariris, ocupavam áreas ao longo do rio do Peixe, Paraíba e Piancó, compreendendo as tribos Chocos e Panatiós (Monteiro e Teixeira), Carnoiós (Cabaceiras e Boqueirão (perto de Campina Grande), Bultrins (nos cariris de Pilar e Alagoa Nova), **Icós** (no rio do Peixe, Sousa e **Conceição**) e Coremas (no curso do rio Piancó)”. http://www.inra.gov.br/srs/pb/histórico_1.htm

A história das entradas e bandeiras para os sertões está relacionada à busca do ouro, mas também com a distribuição das terras conquistadas nas disputas com os índios, aos conquistadores. Essa era uma das recompensas dadas pela coroa aos que lutaram, muitas vezes por sua conta e risco, desde que as habitassem, as povoassem e as enchessem de muito gado.

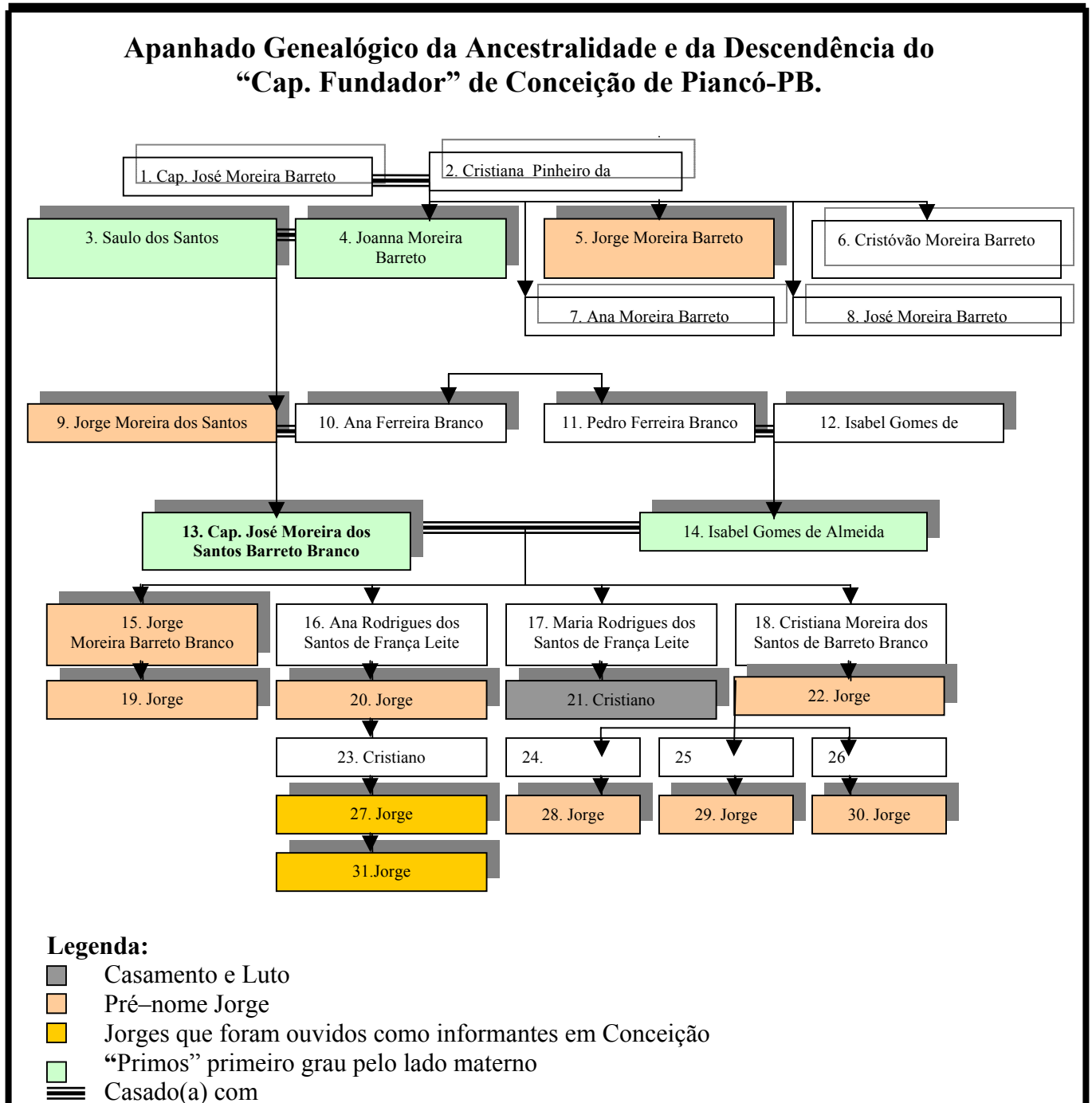
Os entradistas do “Terço dos Paulistas”, entre eles o primeiro marido da avó do “Cap. Fundador”, devem ter recebido sua parte da recompensa em terras no sertão, como fala a história da negociação feita pelo comandante geral, o conhecido bandeirante paulista Domingos Jorge Velho (Anexo D).

Para Lima Sobrinho (1929: 91), a região onde tinha se instalado o ‘Terço dos Paulistas’ ficava junto a do rio Piranhas, e assim não lhes era desconhecida a região do Piancó, a do interior do Rio Grande e a do Ceará. *“Havia mesmo alli uma capitania, abrangendo o que se chamava ‘fronteira das Piranhas, Cariris e Piancó’.*

“Em 1697 o Governador de Pernambuco, D. Caetano de Mello e Castro, fazia presente ao Rei ‘que os capitães e officiaes paulistas são muitos deles casados e desejavam summamente mandar conduzir suas mulheres e famílias para os logares em que residem e donde intentavam fazer suas villas’ Pediam por isso que o Rei mandasse fretar uma sumaca para o transporte de suas famílias, o que era deferido pelo Conselho Ultramarino”(LIMA SOBRINHO, 1929: 82).

Foi no livro de registro das sesmarias da Paraíba, transcrito por Tavares (1910), que encontrei a distribuição das terras do Vale do Piancó, inclusive a da que hoje é o município de Conceição, na época chamado apenas de “*Sítio Conceição*”, de propriedade do n. 9 do quadro abaixo, o pai do “Cap. Fundador”. É que, *“Os officiaes do terço paulista procuraram tirar as suas cartas, de accordo com os termos dessa decisão”* (LIMA SOBRINHO, 1929: 95).

Muitos nomes que aparecem no livro de sesmarias da Paraíba são os “Moreira Barreto”, nome dos ancestrais do “Cap. Fundador”, mas essas informações não estão hoje na memória dos seus descendentes em Conceição. Para os informantes, a história e o nome de maior longevidade é a do próprio “Cap. Fundador”.



Segundo Roderjan (1992: 1-2), “Essas comunidades dão origem a uma relação de parentesco que as distinguem das demais regiões do Brasil”. A autora se reporta inclusive a um tipo de isolamento a que se viram obrigados, e pelo qual foi desenvolvida uma sociedade patriarcal fortemente estruturada em laços de parentesco. Mas o mais interessante é que coloca esse tipo de relação social e de parentesco como indispensável à sobrevivência do grupo, da mesma forma como foi observada nas histórias sobre a colonização e povoamento do Sertão do Piranhas (assim chamado por se tratar do principal rio de continuidade ao Rio Piancó da mesma região ou Sertão), nas relações entre os da linhagem de descendentes do “Cap.Fundador” de Conceição do Piancó.

Roderjan (1992: 1-2) continua completando que as relações de parentesco e as heranças culturais são reproduzidas nas novas comunidades campeiras que se sucederam. Elas estão presentes ainda hoje nas antigas cidades do Paraná tradicional e nas que foram fundadas nas regiões serranas do sul.

Dentre aquelas famílias que fizeram suas entradas a partir da Bahia, e seguiram margem esquerda do Rio São Francisco, oeste a dentro, foi encontrada a do fundador de Conceição do Piancó-PB, incluindo aqui seus pais, sogros, irmãos, irmãs e cunhados. Tavares (1910) transcreveu os termos de registro das doações das datas das terras paraibanas passadas aos lavradores e criadores por sesmaria, e nessa obra pode-se encontrar os nomes que aparecem ligados às doações das terras da região do Vale do Piancó- PB.

Pela divisão das terras, observada a partir dos nomes dos sítios com suas respectivas localizações, pude entender que cada um dos irmãos do “Capitão Fundador” seguiu seu próprio rumo, formando a princípio, cada qual, sua comunidade, seu povoado.

As famílias consangüíneas eram em número percentual bem elevado em relação à totalidade dos habitantes de Conceição do Piancó da época, conforme foi observado através do levantamento da genealogia. Reproduziam-se reafirmando e fortalecendo cada vez mais seus laços de parentesco ao multiplicarem o número de casamentos consangüíneos dentro da família. Está se falando de um momento histórico, dados diacrônicos que serviram de base às interpretações da pesquisa nos momentos das entrevistas.

Ao ouvir os entrevistados quando dos seus mergulhos no passado, e em um tempo que era só deles, esperei que voltassem das suas lembranças para que me reproduzissem relatos e narrativas que mais pareciam o misto de história e memória citado por Davallon (1999: 26-27). O autor as entende como uma “*conjunção*”, como um “*entrecruzamento*”, numa forma bem diversa da de Halbwachs (1950) por vê-las “*antagônicas*”.

O Sr. tem idéia de onde vem esse “CapitãoFundador” de Conceição?

“Parece que alguém me contou ...dizem que eram três irmãos, um foi para o Piancó, o outro ficou aqui, o outro não sei se foi pra Pombal” (Jorge)

Ao entrevistar dois conceiçãoenses que partilhavam do mesmo pré-nome, em momentos diferentes, consegui registrar duas estórias distintas a respeito do mesmo objeto, de pessoas que são muito próximas em parentesco:

O primeiro:

Como foi que veio seu nome?

“Veio de São”

Quantos ... tem pra trás?

Ah! Tem muitos. Aqui né, tem bem uns três ...mas esses não faz parte.”

O segundo:

Esse nome ... pra mim ficou muito forte.

Até porque esse nome ... não é nem muito agradável.

*É nome de Papa ... tipo, czar da Rússia...
A criatividade aqui parece que não muda...*

Pelo menos aparentemente, o passado indica que está sendo reinterpretado, e essa indicação lembra o que Halbwachs (1990) diz: *“O passado reinterpretado serve para manter a coesão do grupo, e essa nova construção representa um deslocamento para uma posição de novo enquadramento”*. Memória é identidade em construção.

As identidades coletivas só se mantêm vigentes, se seus componentes são levados a internalizar um conjunto de representações, pautas de conduta e sentidos de legitimidade. Existe o que é consequência disso, o que chega até eles como premiação ou mesmo como castigo. Segundo Saltalamacchia (1992), *“o êxito está no alicerce do auto-reconhecimento que perdura nos seus membros como parte de uma entidade social.”* . Então, a constituição de uma ‘*linhagem*’, assim entendida como *“grupo sangüíneo de parentesco que inclui somente os indivíduos que descendem de um ancestral comum conhecido – o fundador – que tenha vivido pelo menos há 5 ou 6 gerações.”* (MARCONI, 1987: 127), vai se expressar nas representações que investem seus indivíduos a partir de seu referencial comum, isto é, a partir do seu ancestral comum, mítico ou não, como uma “unidade de sentido”.

O “Cap. Fundador” de Conceição, como ancestral comum e “unidade de sentido”, ele mesmo foi casado com uma prima em primeiro grau, filha do irmão da sua mãe, e que carregava, como pré-nome, um homônimo do de sua mãe. A conclusão dessas poucas informações pode ser a dedução de que possivelmente os próprios ancestrais do “Cap. Fundador” partilhavam dessa mesma “*tradição*” da opção preferencial pelo casamento consangüíneo.

3.3. Resgatando Nomes Ancestrais na Reprodução de Identidades

Conta a história que ao instalar uma fazenda de criação de gado nas ribeiras do rio Piancó, o “Cap.Fundador” e sua mulher povoaram a região junto com seus filhos que foram se enraizando no local. Foram dez filhos que com seus casamentos criaram uma linhagem consangüínea em relação ao seu ancestral comum que, geração após geração, conserva o costume de repetir ou resgatar os pré-nomes dos seus ancestrais próximos ou muito distantes.

Alguns pré-nomes vieram resgatando um ancestral de três, quatro ou mais gerações, mas o mais freqüente foi encontrar o resgate do pré-nome dos pais e dos tios, mas, e principalmente, dos pré-nomes dos avós, tanto paternos como maternos. Muitos foram encontrados não apenas resgatando o pré-nome, mas nomes completos de ancestrais, verdadeiros homônimos. Alguns nomes e pré-nomes foram demasiadamente repetidos ou resgatados por pelo menos dez gerações comprovadas genealogicamente.

Esses pré-nomes ancestrais e muitos homônimos podem ser encontrados de forma estampada em nomes de ruas, de praças, de escolas, em toda espécie de estabelecimento comercial, etc., espalhados por toda a cidade, na zona urbana, e nos arredores já considerados rurais também. Em nomes de fazendas, de sítios e chácaras.

A questão da repetição dos pré-nomes de ancestrais em cada geração que se segue vem a ser um costume que pode estar relacionado a busca para fortalecer a

própria identidade representativa da família na sociedade. E então, repercutir na própria força da política local.

“...Como meu pai, ela pensou em fazer homenagem a mim. Porque meu pai, ele teve três filhos: é, um filho é o nome do avô, o avô paterno AC, meu irmão é AC. CT é o nome do meu avô materno e CL é o nome dele e o nome do meu bisavô. Quer dizer, quando ele foi colocar o nome, ele fez uma distribuição de homenagem. Homenageou todos os ancestrais imediatos”.(Manoel)

Várias vezes o entrevistado se reporta a nomes de pessoas ilustres da família, como que, em busca de demonstrar uma representatividade social.

E você PI? Você homenageou alguém?

“Meu pai”. (Eliete)

Como diz Hall (1997: 12), *“a identidade é formada na interação entre o eu e a sociedade”*, assim, pode-se entender bem a fala do entrevistado pois ela *“preenche o espaço entre o ‘interior’ e o ‘exterior’ – entre o mundo pessoal e o mundo público.”*

A presença do Dr. Barreto Branco, até hoje, ainda, pode ser encontrada em publicações de livros e jornais da Paraíba, como é o caso do Correio da Paraíba, enaltecendo-o pela sua biografia de homem público, e citando-o como um dos pertencentes ao “clã” dos Brancos. O termo “clã”, empregado pelos jornalistas para esse grupo familiar, não se enquadra bem ao que parece reproduzir a realidade, e ao que vai corresponder ao conceito para esse tipo de grupo de parentesco unilinear. Para ser um clã o grupo teria que, além de ter, como tem realmente, um parentesco extenso que acredita ter sua origem em um ancestral fundador, teria que obedecer pelo menos a uma regra de residência (MARCONI e PRESOTTO, 1987: 127), o que não ocorre nessa família de Conceição do Piancó. Os parentes e os reconhecidos como

pertencentes à família podem se encontrar em situação de migrantes para qualquer local ou região, mas podem continuar sendo considerados, continuam com seu sentimento de pertença e assim reconhecidos.

“José Moreira Remo, era o nome do meu pai e do meu avô”.(Fátima)

Esse nome é muito antigo aqui é?

“Muito antigo”. (Fátima)

Aí gosta de repetir o nome?

“É, tem até nome de rua”.

Agora,, eu não lembro se primo meu tem esse nome...

Tem, tem, tem...E tem sobrinho também...

Agora, eu não sei se tem...”. ((Fátima)

Quando nos dão um nome ou mesmo apenas um pré-nome, ele já nos é passado com sua historicidade, com sua carga de informações, de valores, de representatividade. Pode ser, então, o primeiro dado na composição e nossa identidade. Partindo dele, vamos nos tornar uma pessoa, juridicamente falando. A relação que se tem com o nome pode ser a explicação para muitas reflexões em termos da psicologia e da psicanálise, mas desenvolver esse viés não vai contribuir para o avanço até o nosso objetivo nesse trabalho. A busca é por uma possível razão ou lógica, e não seus caracteres, o que existe em torno desse objeto.

Foi observada a existência de uma necessidade constante de fazer representação perante a sociedade, um sentimento de “*pertença*” em relação ao grupo, como uma forma de existir. O nome *como “ assinatura de família”* vem a ser uma forma de representação e de legitimidade.

A senhora já observou que o povo só gosta de colocar o nome dos pais, dos avós? E na próxima geração novamente?

“Não, eu mesmo não, botei não, botei nome de santo”.(Amanda)

Mas existe esse sentimento de colocar o nome em homenagem, não é? Essa coisa de colocar o nome dos avós...

“É o povo daqui gosta muito de fazer isso. Eu nunca botei nome dos avós não”.
(Amanda)

Só o seu marido é que tem o nome do avô. Mas ele não diz não, porque é assim?

“Meus cunhados todos têm o nome de um avô. Eu não botei porque é ruim ficar repetindo o mesmo nome. O povo daqui tudo é assim. Acho que é pra não terminar com aquele nome daquela pessoa né? ”.(Amanda)

Para a entrevistada, o costume mencionado não tem o mesmo significado dos que pertencem ao grupo familiar do “Cap.Fundador”.

“Do lado da família de meu pai, é tudo casado com primo legítimo. Primos legítimos dele e da esposa. Meu sogro, minha sogra, são sobrinhos de meu pai, e os irmãos dele tudo é casado com primos legítimos. (Amanda)

Quando pensei que havia uma quebra na corrente dessa tradição, fiquei sabendo que a jovem mãe tinha, dado continuidade ao hábito colocando o pré-nome do seu pai no seu primogênito.

São os mais antigos que orientam os mais jovens de continuar homenageando os ancestrais?

“É, a tradição da minha família era sempre homenagear os antepassados, mas hoje agente vê que” (Manoel)

Os pré-nomes repetidos são referenciais de reprodução e de representações. Sua prática já construiu pelo menos um referencial de identidade para o grupo. O fato foi constatado ao se ter contato com algumas trabalhos de historiadores e/ou com genealogistas da região, achou-se referências ao tal pré-nome como sendo indicativo de que aquela determinada pessoa, referida pelo historiador, seria da tal família conceiçãoense.

Reconhecendo a capacidade dos sujeitos sociais de manifestar diferentes práticas simbólicas, situadas em determinado contexto histórico, alguns dos estudos culturais consideram como central a questão da consciência de classe. Mas essas

práticas simbólicas são também da ordem da resistência, evidenciando, desta forma, a própria expressão do fazer-se enquanto classe, proposta central na visão que considera o sujeito como construtor de sua própria história, a idéia central do marxismo.

3.4. Um “Lugar de Memória”²⁰

A impressão que tive durante as entrevistas realizadas em Conceição foi a de que, à medida que ‘as memórias’ iam se apagando, “O Livro” parecia suprir a ausência, passando a ser como o “Objeto Cultural” definido por Halbwachs ou mesmo como o “Lugar de Memória” descrito por Nora.

Halbwachs (2004) fala de um “objeto” que une um grupo porque une os pensamentos, fala de “algo” que pode romper a continuidade da vida presente (consciente e individual), fala de “Objetos Culturais”, “Materiais”. Nora (1978), fala em “Lugares de Memória”.

Segundo Nora (1993: 27):

“os lugares da memória não têm referentes na realidade. Ou melhor, eles são, eles mesmos, seu próprio referente, sinais que devolvem a si mesmos, sinais em estado puro. Não que não tenham conteúdo, presença física ou história; ao contrário. Mas o que os faz lugares da memória é aquilo pelo que, exatamente, eles escapam da história...nesse sentido, o lugar da memória é um lugar duplo; um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade e recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações”(NORA, 1993:27)

²⁰ “lugar de memória”, expressão utilizada por Pierre Nora, em sua obra *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Trad. Yara Aun Khoury. In. Projeto História, São Paulo: EDUC., dez. 1993, p. 7-28. (in Purificação, Ana Teresa de Souza e Castro. A Memória da Independência e os Livros Didáticos. USP.

Os trabalhos de Halbwachs e os de Nora (1989 e 1992) sobre memória são atualmente encontrados sempre em constante diálogo. Para Halbwachs, a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva, posto que todas as lembranças são constituídas no interior de um grupo. A origem de várias idéias, reflexões, sentimentos, paixões que atribuímos a nós são, na verdade, inspiradas pelo grupo.

Para Nora, não existe memória, ela foi apreendida pela História e o que resta são apenas “lugares de memória”. Mas o que parece serem posições completamente opostas, encontramos que Nora, em suas reflexões, acaba por retomar parte do pensamento de Halbwachs no que diz respeito às relações entre história e memória:

“a história começa somente do ponto onde acaba a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social. Enquanto uma lembrança subsiste, é inútil fixá-la por escrito”
(HALBWACHS, 2004:85).

A diferença entre o que defende Nora (1978), nos dias de hoje, para o que afirma Halbwachs (2004), na década de 1920, é que para Halbwachs as lembranças seriam incorporadas pela história à medida em que fossem deixando de existir ou à medida em que os grupos que as sustentavam deixassem de existir. Nora, por outro lado, entende de forma mais ampla que a categoria memória deixou de existir porque passou a ser reivindicada pelo discurso histórico.

Segundo Nora, memória e história não são sinônimos, memória é a vida, está sempre em evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento. A história é a reconstrução do que não existe mais, é a representação do passado, assim

como no caso da “Madrinha Bodota” personagem descrita e biografada pela autora de “*Conceição do Piancó de ontem e de Hoje*”, inclusive destacado o fato de tratar-se de uma filha de escrava com seu “Senhor”, ficando livre na pia batismal e passando sua vida no meio social conceiçãoense. E assim colocada, como mais um ponto a ser cristalizado pelo “Livro”, “lugar de memória”, ele diz:

“Madrinha Bodota foi, na verdade, a fada madrinha mais carinhosa que Conceição teve a sorte e o privilégio de conhecer e conviver por muitos anos. Conceição que sempre foi grata aos seus mais queridos filhos, dos mais ilustres aos mais humildes, por certo ainda dará, a uma de suas ruas, o nome de ‘Madrinha Bodota’, essa simpática e popular figura.” “Essa velhinha faz parte da história de Conceição”.(Trecho do Livro “Conceição do Piancó de Ontem e de Hoje” p.125)

O reconhecimento do livro como um “*lugar de memória*” faz com que entendamos sua existência em três sentidos básicos: o material, porque apresenta-se investido de uma “*aura*” simbólica; o simbólico considerado como o seu segundo sentido; e o funcional, por ser um objeto usado ritualmente. É no momento ritual de cristalização das lembranças e a sua transmissão que o livro sobre Conceição do Piancó exerce o seu sentido funcional.(NORA, 1993: 21)

Parar o tempo, bloquear o trabalho de esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial, é um todo complexo que torna o livro um “*lugar de memória*”. Ele é ao mesmo tempo um formador de memórias e é um inventário do que se procura saber sobre Conceição. Ele constrói identidades.

“...o livro dela quando chegou era mais pela curiosidade, de fato, porque como ela escreveu de oitenta e quatro, oitenta e cinco, foi mesmo a tradição que eu tinha dez anos e saí daqui pra João Pessoa[...]”(Manoel)

“Aí tudo que vinha de Conceição, o livro de Adalgisa, eu comia lendo”(Manoel)

[...]eu fui arrancado da minha infância e fui transferido para João Pessoa. E tudo que me ligava a Conceição, era motivo de[...] (Manoel)

Uma das prerrogativas do livro como “*lugar de memória*” é a ameaça que deve pairar sobre o seu conteúdo em termos de memória, se não o fosse, não haveria a necessidade de construí-lo. Se os leitores vivessem verdadeiramente as lembranças que os eles envolvem, naturalmente não haveria utilidade para o Livro. Vê-se isso ao se observar a maneira como se expressa da autora, como migrante, saudosamente, deveria estar sentindo o desvanecer das lembranças da sua infância, adolescência e juventude, quando buscou, na literatura, um meio de refúgio. Ela própria construiu um lugar de suas memórias.

“[...] Conceição dos nossos avós, dos nossos pais, da nossa infância e adolescência!” (CHAVES, 1985: 8)

A memória da qual falamos está relacionada com as representações construídas socialmente no cotidiano, abrindo mais uma possibilidade de verificar como se dá esse processo de significação histórica no livro e a apropriação ou não do discurso por ele estabelecido.

“O livro conta a história das famílias de Conceição, aqui todos os meus irmãos têm esse livro, e eu tinha, aí eu levei pra João Pessoa [...]” (Auxiliadora)

O ser humano, normalmente, aparece sempre querendo, desejando ser sempre lembrado, mesmo e principalmente após a sua morte. A partir daí vem a concepção e o receio de que, na passagem do tempo, as lembranças se apaguem. Consciente e deliberadamente, se admite a intenção de proteger essas lembranças. Não há memória espontânea, “...*é preciso criar arquivos, é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios, notariar atas, porque essas operações não são naturais.*” (NORA, 1993: 13)

“Nesse livro não fala no nome de meus tios ... e Ele era professor do Colégio... D.Adalgisa não falou no nome dele não, tem não, ele era primo carnal de meu pai e ... parece que ela não falou nesse livro não.”(Menícia)

Para Nora (1993:7-28), “os lugares de memória” nascem e vivem desses sentimentos procurando suprir a distância que existe entre história e memória. Arquivos, testamentos, museus, obras de arte, livros, monumentos, santuários, comemorações, festas e tudo aquilo que é cercado pela prática eventual ou sistemática de um ritual define esse movimento onde a memória se escora.

“a memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a Igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo.” (BOSI,)

“[...] tá no livro esse casamento [...]. Ai ele casou-se com essa menina, a sobrinha de [...].” (Andreia)

A diferença entre o que existe de história e o quanto há de memória no livro vai definir o que representa esse livro enquanto “*lugar de memória*”, enquanto elo entre as duas partes.

“Mas se o que defendem não estivesse ameaçado, não se teria tampouco, a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos.” (NORA, 1993:7-28)

À memória de Conceição acrescentam-se marcos, estereótipos, idéias consagradas pela historiografia e um conjunto de representações que demonstram o papel do livro na recriação da própria memória de Conceição.

“o que os faz lugares da memória é aquilo pelo que, exatamente, eles escapam da história...nesse sentido, o lugar da memória é um lugar duplo; um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade e recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações”.(NORA,1993:27)

Bosi reconhece que *“os feitos abstratos, as palavras dos homens importantes só se revestem de significado para o velho e para a criança quando traduzidos por alguma grandeza na vida cotidiana.”* (NORA, 1993 : 74)

Discutir a memória implica discutir sua função e as operações que possibilitaram sua construção. O estudo sob esse olhar permite perceber o movimento das relações e conflitos sociais, assim como a formalização da memória: *“não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade”*. (POLLAK, 1989: 4)

Seguindo o pensamento de Halbwachs (1990), diríamos que existe um movimento da memória individual com a memória coletiva. Um indivíduo ao relembrar seu passado recorre a referências externas, interpessoais e que muitas vezes são determinadas pela sociedade. Por vezes dizemos que lembramos de acontecimentos dos quais não participamos efetivamente, que não conhecemos a não ser por jornais ou por relatos daqueles que deles participaram pessoalmente. Para o autor, esses acontecimentos ocupam um lugar na memória, e quando são lembrados confiamos na memória dos outros e esta é nossa única fonte, são bagagens de lembranças históricas que podem ser ampliadas por conversas ou leituras.

“Quem pára e olha os antigos sobrados conceiçãoenses, talvez nem pense na exuberância de vida que aqueles vetustos casarões ali conservam entre suas paredes. E não é só – talvez ignore as motivações humanas que fizeram tão belo pedaço da imagem paisagística da nossa cidade.”

“É preciso que a geração de hoje sabendo que os “sobrados” que ainda estão de pé em nossa cidade muito representam de esforço, de capacidade e de idealismo de um homem que muito lutou há mais de meio século passado, para com o seu gênio e obstinação contribuir para o progresso e beleza da nossa terra.”

(Trecho do livro: *“Conceição do Piancó de Ontem e de Hoje”* p.136-137)

A separação entre um fato e a sua interpretação, dada por contemporâneos, favoreceu a sacralização de alguns acontecimentos, datas e personagens, contribuindo para a representação de um período hegemônico de unidade do grupo de Conceição. Foram assim criando “lugares de memória”, inclusive no próprio livro.

Se tomarmos a historiografia como referência, veremos que o povoamento de Conceição já foi tema privilegiado por políticos, historiadores e outros intelectuais, inclusive do século XIX e que estes, ao serem recuperados posteriormente por tantos outros, compõem um quadro que consagra não só a própria historiografia, mas também uma memória.

A memória coletiva vai muito além das lembranças, das imagens e de outras representações. Envolve o entendimento de concepções e práticas políticas que adquire um papel de instrumento do ‘Jogo de Poder’, porque as forças de transmissão de informações podem ser manipuladas de modo a controlar a memória que será formada e, conseqüentemente, a construção mesma da identidade do grupo envolvido, bem como de sua historicidade.

4. Casamentos Consangüíneos: Poder e Legitimidade em Conceição

4.1. “Estranho” e “Primo” na Representação do Mito²¹

“... Conceição era uma família só, casava tudo na família. Mas, veio esse J.E. casou-se, veio essa raça de DO que tem aqui tudo e veio outro e casou com a filha de JE”. (José B. Branco)

Para Reesink²²,

“Alteridades e identidades são duas faces resultantes de um processo complexo de definições socioculturais da atribuição de características de semelhanças e diferenças entre as pessoas que constituem, a partir deste dispositivo socialmente relevante, um conjunto de pessoas transformado em um grupo implicativo de algum grau de sentido de coletividade”.

A noção de consangüinidade introduzida na antropologia por Morgan²³, como tributária de um complexo simbólico, aparece na relação sangue e parentesco, de origem indo-européia, nas estórias e relatos dos entrevistados, carregadas do sentido da transmissão de certas qualidades hereditárias que marcam a passagem, em família, de características consideradas típicas.

Muito embora tenham, durante a entrevista, aparentemente demonstrado um forte traço de religiosidade e de obediência aos dogmas e leis canônicas, parece não ter sido suficiente para colocar barreiras à prática de casamentos consangüíneos. É que, anteriormente muito mais, e pelo atual Código de Direito Canônico²⁴, além dos parentescos por linhas diretas (pais, avós, etc.) só ficam proibidos os casamentos entre

²¹ O “Mito” para este estudo de caso viria a ser a busca da “limpeza de sangue” ou de uma preservação de um “sangue real”.

²² Edwin Reesink in *Alteridades substanciais - apontamentos diversos sobre índios e negros*. <http://www.desafio.ufba.br/gt5-006.html> Capturado em 13.11.04

²³ Lewis H. Morgan. *Ancient Societ or Researches in the lines of Human Progress from Savagery Through Barbarism to Civilization*. Marc Millan and Co, 1877. Londres.

²⁴ Promulgado por João Paulo II, Papa, 7ª ed., Edições Loyola, São Paulo, 1983, cânones 1091 e 1092

o que denominamos de primos-irmãos (quando pelo menos um dos avós é comum) e entre tio (a)- avô (ó) e sobrinha (o)- neta (o).

Outrossim, é também importante salientar que já se havia percebido um desprendimento em relação aos ditames da Igreja Católica em relação, pelo menos, ao que se refere aos impedimentos matrimoniais. Conseqüentemente pode-se pensar na possibilidade de que, mesmo se dizendo católicos, a “tradição” da família pelo casamento consanguíneo é mais forte do que a obediência às leis da Igreja.

Um outro dado a ser acrescentado às informações obtidas durante a pesquisa foi verificar como o grupo entende saúde. Entender que há uma diferença conceitual²⁵ para o grupo endogâmico.

“Acho que é alguma coisa que pegou, acho que é uma questão de confiança. Quando é com parente já tem raízes né? Acho que o pessoal tem medo. Eu acho assim, se tiver entre um “estranho” e um “primo”, eu prefiro casar com primo”.(Carmem)

Isso é só da família Rg Tl, ou de Conceição, do pessoal de Conceição todo?
“Do Vale. Sim. No Piancó é que tem parente com parente”.(Carmem)

A “tradição” da opção preferencial pelo casamento consanguíneo feita pelo grupo endogâmico, enquanto descendentes do “Cap. Fundador”, está diretamente relacionada ao ‘mito’ da “pureza de sangue” e ao do “sangue real”. Com base no conceito de ‘mito’ em que pese sejam narrativas que envolvem o mundo do

²⁵ O conceito de saúde/doença para o grupo parece se limitar a traços físico/mentais degenerativos, e assim sendo não se tem como avaliar neste trabalho a proporção dos danos causados à saúde do grupo de parentesco, porque há um leque de possibilidades de danos à saúde que não ficam necessariamente expostos à vista, principalmente do leigo e quase totalmente desinformado de qualquer tipo de informação²⁵. O caso citado pela entrevistada se enquadra dentro das descrições das doenças por consanguinidade, mas ela não deixou transparecer nenhum conhecimento sobre sua possibilidade. O número de doenças por consequência da consanguinidade, segundo estudiosos da área, fica a mais de 5.000 (cinco mil), elas vão de casos como o da epilepsia (Síndrome de West); hemofilia; morte prematura; casos de infertilidade; albinismo, e muitos outros que podem não transparecer à população desinformada como doença. Disponível pela internet: Histórico de Fatos Relevantes em Genética. Cestari, M.M. Coord. Curso de Pós-Graduação em Genética, Ciências Biológicas da UFPR. www.crescer.globo.com/edic/ed79/rep-sindromes2/htm e www.lerparaver.com/ofthalmologia-retinite.htm.

sobrenatural (BOTTOMORE, 1996:469), teria Conceição do Piancó as figuras do “*estranho*” e do “*primo*” como representações polarizadas da construção ideológica que existe por trás do ‘mito’.

“...Eu já estou com 85 anos, eu me casei com uma neta dela, de Tia Bela. Eu só alcancei dos meus avô ...pela parte de pai eu não alcancei. Eu só alcancei que Lucas e Tia Bela eram irmãos. Aí eu casei com uma neta dela filha da cumadre Emília.” (Sr.João Planta)

O Sr. acha melhor casar só com prima é?

“Acontece né? Aconteceu. Minha prima legítima”. (Sr.João Planta)

Mas o Sr. acha que casamento com primo dá mais certo?

“Sei não, depende da gente. Meu avô casou com uma sobrinha”. (Sr.João Planta)

O entrevistado, numa idade já bastante avançada, vai se reportar ao avô como uma possível explicação ou referência do que poderia ser a opção pela sua prima ao casar. A relação é com o seu sentimento de “*tradição*”. A sua memória, na busca da resposta, foi ao encontro da “*tradição*” da família, com a figura do avô e da sobrinha. Essa memória está respaldada nas lembranças que conseguiu alcançar em vida, de um, mesmo distante, conhecimento apenas do referido avô materna e sobrinha.

Gente de fora que a senhora fala, é um “estranho” é?

“Não, um “estranho” não, mas de outra família, né?

Olha, é assim, a gente não podia namorar porque eles eram brancos como nós, mas... Chamava-se “cabra”. Sim, porque tinha o negro e tinha o “cabra”. (Alaíde e Amanda)

Então, quem não era da família era estranho?

“Sim, isso. Cabra é sempre quando é negro e branco misturado. Tinha que casar na família”. (Amanda)

A análise vai apontar uma diferença significativa de *status* entre consangüinidade e afinidade, na constituição do sistema de parentesco. Embora a afinidade seja uma estrutura manifesta, ela aparece a todo o momento, como acidente à

consangüinidade. Essa questão parece estar envolvida em um universo sociocultural complexo e que vai ter sua importância na construção desse tipo de sistema social.

Por que a senhora acha que isso acontece?

“Porque não queria casar fora, porque aquilo é que era legítimo. Porque achava que aquela é que era legítima”. (Amanda)

O que a senhora acha que é essa procura de casamento com primo?

“Eu acho que a família não queria mistura de família. É isso olha, eu acho que era isso, não queria fazer mistura de famílias”. (Amanda)

Mas, a razão que eles davam, qual era?

“Eles podiam ser brancos como nós somos, mas...” (Amanda)

Foram dadas pelos entrevistados, como razão da opção pela consangüinidade nos casamentos, a diferença de classe, justificada na diferença de raça, de cor, e da própria mistura de raça quando fazem referência ao que eles chamam de “cabra”.

A senhora não falou que a preocupação era pra ver quem era branco e quem não era branco?

“Sim, mas, o branco não era assim..” (Amanda)

Quer dizer, a pessoa podia aparecer branca, de olhos azuis, louro, tudo, mas...

“Era, mesmo assim era... Eu acho que é porque não queria se misturar viu? Sei não...Sei dizer não.Olhe, minha filha é casada com um primo legítimo do meu marido”. (Amanda)

“Aqui eu tinha uma prima, que veio aqui um engenheiro até fazer um sistema de saneamento, era moreno, aí namorou com ela, o pai pegou uma faca e cortou até a orelha dela. Eu era menino, presenciei, que ela era minha prima e era muito ligada a gente. É viva aí...” (Jorge)

Essa situação psicológica é uma das características do que se convencionou chamar de preconceito racial. Mas, ser ou não, preconceito racial, não está aqui em questão, visto que ela não se encontra na base das razões para o entendimento da lógica desse tipo de organização social. Poderia até mesmo ser, mas em nosso contexto, esse fator aparece apenas como uma das características de um complexo de valores que vão formar o entendimento final.

As entrevistas, nas suas entrelinhas, conseguiram passar à minha percepção que na verdade existia mais do que, aparentemente, o preconceito de cor ou de raça. Havia mais que presença física de pessoas de raças diferentes nas questões e nas suas histórias de vida, quer dizer, cor de pele, tipo de cabelo, etc.. Outros aspectos foram observados, o da divisão de classe foi um deles.

“Outrora tinha as famílias e tinha o inferior que era para fazer mandado, era gente de raiz inferior, gente mais pobre. Esse povo outrora ia servir a gente, era a pobreza, era a cor.” (Vicência)

A presença de fragmentos daquelas relações de produção colonial-escravagista da antiga Conceição do Piancó, aquela dos engenhos movidos a carro-de-boi - as que são mencionadas no primeiro item do primeiro capítulo deste trabalho - , ainda permanecem vivas na memória daquela sociedade.

O desenvolvimento do ‘outro’, aqui considerado etnicamente, vai provocar situações fantasiosas e que vão ocupar o lugar da realidade. Uma diferença que se estabelece em bases irreais mas, que é nela onde vai se estabelecer o discurso da ideologia do grupo enquanto classe social.(LUZ, 1983: 24-25)

Então está associado à pobreza, à cor, sem raiz, inferior?

É, pegou tudo. Há! há! há! , Pegou tudo. Inferior porque servia. (Vicência)

Agora esta diferente? A senhora acha?

“É, antes havia aquele respeito, agora igualou tudo.” (Vicência)

Você acha que a família hoje está satisfeita com o jeito dos jovens?

“Agrada a uns, não agrada a outros. Olha, tinha um provérbio que dizia que havia um tempo que as cadeiras - nós tudo bacana sentado nas cadeiras -, baixavam e as travessas subiam. Era um provérbio e chegou o tempo que tudo foi confirmado. Outrora era assim, tinha uma festa aqui naquela família, os morenos não entravam, nem a pobreza. Tinha que fazer uma festa só pra eles. Mas hoje, eles é que fazem as festas deles.” (Vicência)

Ao tratar da figura do que ele chama de “antiparente”, Meillassoux (1995) fala que nas sociedades regidas por uma ou por outra forma de parentesco, o antiparente se revelava como agente de manipulação social e política. Isso porque as relações de parentesco compreendiam sempre determinados compromissos, e como tal seriam relações distantes da realidade da figura do escravo, do submisso, politicamente falando.

O que quer dizer “se prevalece”?

“É tipo assim: vai ter uma festa...né? Então eles só gostam de chamar os Branco.”
(Tereza)

Deixe eu entender: Então, os que se prevalecem são os TI. ?

“É, mais ou menos. É porque a cidade é pequena e a política influi muito também. Tem que respeitar né?” (Tereza)

Entendendo que as relações sociais podem ser meio por onde os indivíduos conseguem produzir e reproduzir as condições materiais de existência, são elas que se estabelecem como base das estruturas nas classes sociais em luta.(CHAUI, 1980: 52-53)

4.2. O “Estranho” na Rede das Intrigas e das Facções

Fala Godellier in Carvalho (1978: 65), referindo-se a um dos trabalhos de Levi Strauss que, “...as relações de parentesco, antes de serem relações entre indivíduos, são relações entre grupos”, e são essas relações entre grupos que vão ser tratadas neste item do trabalho, mas com a peculiaridade de que os grupos a que se relacionam, o da linhagem do “Cap.Fundador” dentro da sociedade conceiçãoense, são em sua quase totalidade grupos de famílias formados por casamentos entre consangüíneos e “*estranhos*”, formando assim grupos de “*facções*” que se distinguem cada qual pelo seu apelido ou nome de família estranha, distinta da do “Cap.Fundador”,

mas que vão ser reconhecidos de forma, muitas vezes, ambígua. Há momentos que são referenciados e considerados como parentes, outras tantas vezes não o são. Uns grupos são família legítima e outros não são legítimos, são misturados.

Segundo Reesink ²⁶:

“O jogo complexo de conceber e estabelecer, socialmente, as semelhanças e diferenças culturais, cujas distinções serão validadas nas interrelações sociais, para atingir algum grau de naturalidade ou de premissa de senso comum, é de fundamental interesse para o estudo da realidade social: por meio deste processo de reificação se fincam como existentes, e até naturais, as categorias de si e de outrem socialmente operantes”.

Quer dizer, se consideram “Branco” não em relação a Cr e sim a Papai Ax.?

“Mas Papai Ax. não era descendente de Fulano de tal (referiu-se ao “Cap. Fundador”) Os Ma. tem uma parte em Pombal, e uma em Teixeira também. Outro grupo dos Ma é dos Ma da Serra, não é dos Ma daqui não. Quem representava os Ma aqui era o povo de minha tia. Quem representava os Gd aqui era o povo do açude, e daí por diante né?”

Olha, os Branco, no caso da gente aqui, tem os TL.Co. e tem os chamados Axis, os Rg Axis e os da Serra”.(Jorge)

Ah! Não é daqui?

“É daqui, mas é como eu disse a você..., é que é complicado...Não dá pra ficar falando assim, né? Quer dizer, que não me importo de falar não, mas acontece que a Sra. vai embora, e eu fico né?”(Jorge)

Na experiência com o cotidiano dos dias dedicados ao trabalho de campo em Conceição, observei que o parentesco figura como critério mais fundamental na formação de veículos de solidariedade, e ele estava absolutamente determinado por graus de consangüinidade.

“Aí Tia Bela... Não sei quem queria casar com alguém lá do Saco. Os Novaes do Saco. Mas tudo é da família, que aqui em Conceição não tem duas famílias. Tem agora, porque tem vindo muita gente de fora, preta, de toda cor. Aí estão se casando. (José B. Branco)

“... Santa Inês que foi desmembrada de Conceição, também lá aconteceu a mesma coisa. Eles foram casando entre si. Eles não se expandiram”.(Manoel)

²⁶ Edwin Reesink in *Alteridades substanciais - apontamentos diversos sobre índios e negros*. <http://www.desafio.ufba.br/gt5-006.html> Capturado em 13.11.04

Foi constatada uma forte consistência de atributos conferidos a determinadas famílias, embora isso não seja um consenso de apreciações. Certas famílias são conhecidas, por exemplo, pela distorção e susceptibilidade aos desafios ou pela tolerância em relação, ou pelo fato de dedicarem-se aos estudos, ou pela afeição à vida das armas. A esses aspectos, juntaram-se sempre adjetivos, mais ou menos descritivos, que exprimem avaliações morais, uma é fornecedora de maus maridos, outra de mulheres infiéis, os membros de uma são ignorantes, de outras são tolos. Um repertório comum de atributos, mas as ligações são sempre operadas por meio de atributos de sangue.

Por que Cutiva?

Não sei porque. cutiva é valente na língua, é briguento. O orgulho dele era dizer: eu sou Barreto Branco. O Cd.

Coloca o nome de tal por causa dos antepassados. Aqui em Conceição era uma família só, agora tá tudo misturado, casam com gentinha, casam com gente de fora, não ligam mais. Antigamente uma pessoa que fosse morena não podia entrar em uma festa[...]”

As relações podem ser vistas como competição em que as partes rivalizam e se esforçam para superar a outra e não superada por ela. Manter-se igual ao rival é o prêmio para aqueles que não fracassam. A igualdade é considerada um resultado do esforço na disputa.

“Casavam tudo na família, era tudo R.G. T.. Aí o povo do Saco tem as orelha grande, e os povo dos R.G. tem as orelha pequena. Aí tia B., ela disse: Não tá vendo que eu num quero que a minha filha case com um cabra do pé de tampa e da orelha de tacho? Do mesmo jeito aconteceu com o Tio F., tinha um casamento com a filha do veio João. O veio João era moreno e pegava gado dele mesmo, era vaqueiro, era gibão de couro. Aí ele roubou a moça e botou na casa da mãe dele. Mas não se tinha o que fazer! Roubou a primeira vez, João pegou ela, ela estava fazendo renda numa porta assim... e a moça assentada. Ele chegou, deceu do cavalo, pegou a moça, jogou na garupa e foi embora. Aí ela disse: Você me paga essa!!! - Se pagar, saberei de onde vem. E com isso os filho dela quase mata o velho, deixou esticado lá no meio da Serra”. (José B. Branco)

Muitas vezes a razão alegada para considerar um determinado indivíduo como pertencente à família A, B ou C, às quais pertencem seus antepassados, é o seu

comportamento, sua fisionomia e sua reputação pessoal, a que melhor evocar aquela de uma destas famílias.

“E veio Papai JE, casou-se com uma filha de AX., viu? Papai JE de Missão Velha, sei lá donde ele era... Quando foi um dia, o neto de JE ou sobrinho de JE, conversando mais minha vó, e minha vó tava com o neto no colo, que era meu irmão mais velho viu? Aí, MG disse: será que ele vai ter o cabelo pixaim? Aí ela disse: eu só sei que ele não vai ter o pé de tampa. Filha de AX.viu? Aí fica essa coisa viu?”

Os “Cutiva” quer dizer que é ...

“Inferior, os “Cutiva” também é da família, só que é...”

É da família, mas o quê?

“Porque casaram com gente ‘ estranha’, já misturou, já curou. Não é mais família real, quer dizer, já curou. Os “cutiva” são o bando da família que ficou meia... “cutiva” quer dizer: o cú! né?”(Alaíde e Amanda)

O sangue é um instrumento de recortes:

Se no seu tempo chegasse uma pessoa rica, e essa pessoa não fosse da família, podia casar?

“Podia ser que casasse, mais, mesmo assim, a família não queria. Queria que tivesse raiz. Olha, eu tinha um primo que se apaixonou por uma moça, ela era bonita, mais ou menos da sociedade, era humilde, não era igual, era inferior. Aí, os pais disseram: se você casar ou inventar de fugir, se eu souber, eu mato ela e mato você também. Os pais não queriam casar o filho com uma pessoa inferior. (Vicência)

“Quem não é do sangue é uma pessoa inferior”. (Vicência)

Mais a moça que ia casar com seu primo era de cor?

“Não, era não, mais tinha uma parte dela que era de família de dentro, mas não era família importante. Agora não, tá tudo mudado.” (Vicência)

Resumindo, a família Moreira Silva era a mais importante.

Não, não, só essa família não, são as outras também. Tem mais, já foi, hoje não é mais. Hoje já tem outras importantes, estas que subiu, tem outras importantes.(Vicência)

Foi observada a existência de grupos pacificadores, aqueles que voluntariamente ou mesmo a pedido de outrem intervêm nas intrigas.

E os Branco Moco?

“Porque a ... LT tinha um irmão que se chamava inho Moco, tem um bucado de Moco aí mas não são oco ficou o apelido. Aqui em Conceição tudo era uma família só os En, os Tl, os Ma, os Fs. Tudo era uma família só.

Era como aquela estória de Cutiva, pai tinha era raiva dessa gente que chamava agente de Cutiva, ficava chateado com essa coisa de Cutiva. aí quando nos chegamos de Piancó.”(

A sua família não é dos Cutiva, é?

“Aqui em Conceição tudo era da mesma raça. Cutiva é apelido, eu ensinei na casa de fulano de tal , a mãe dele era irmã do Cutiva , ele era bem baixinho , Cutiva é Lucas , o nome dele era Lucas Ma Branco, só queria ser o tal, lá em cima. Aí começou, Lucas, Lucas, todo mundo chamou Cutiva , a família dos Cutiva. Aí o pessoal chamou “seu Cutiva”, é um apelido que ficou.”(Auxiliadora)

As relações sociais harmônicas ou conflitantes têm como consequência a memória, que pode ser instrumento de luta das forças sociais, quando age como lembranças ou como esquecimento.

Ao se referir as suas filhas, a entrevistada comentou:

“Só uma é casada com primo. Tenho uma até que namorou com negrinho, negrinho mesmo. Só que era muito bom, estudado, trabalhador. Tinha aquela cisma né? Mas...” (Amanda)

A senhora acha então que essa tradição acabou na senhora?

“Sim, por mim acabou. Casamento é coisa séria, tem que ser escolhido pela pessoa. Nem que bota de frente, bata na cara, mas tem que ser escolha sua. A gente diz ao filho, cuide pra não se arrepender”. (Amanda)

4.3. Consangüinidade e Poder em Conceição

“... Dr. fulano foi pro Rio de Janeiro estudar lá, lá apareceu uma morena, morena não, ela era galega mas tinha o cabelo ruim. Nesse tempo chamava escrava, antigamente né? Hoje é arrumadeira, ela arrumava nas casas. Casou com ela, chamava mãe beltrana. Tia Bela conversava muito isso, que o pai dela era doutor. E Papai Amaro., se julgava de sangue real e cobriu as portas de luto, botou em cada janela, em cada porta um pano preto”. (José B. Branco)

Ao ser esclarecido o entrevistado que no cartório existia um documento com o nome da mulher do tal Dr. fulano, como sendo beltrana de tal e tal, um nome de elite na sociedade pernambucana da época, e que achava estranho ela ser uma escrava, se recolocou dizendo:

“... Não, não, o povo antigamente chamava escravo, mas..., ela só tinha o cabelo ruim. Cabelo ruim, mas fino. Justamente, eu já vi essa firma”.(José B.Branco)

Nesse caso específico, o tratamento dado à estória desse casamento com uma “*estranha*”, para salvaguardar a imagem da família e do ilustre filho, foi o de remontá-la. O noivo “Dr.”, que pertencia à elite daquela sociedade, passou a ser visto como vítima, reconstruíram a estória como se o Dr. tivesse caído numa grande armadilha. Esse noivo era neto do “Cap.Fundador” de Conceição, era da família que estava no domínio político desde sempre e até há pouco mais que quarenta anos, era um representante da “Oligarquia dos Branco” e da elite dos grandes proprietários das terras que lhes foram passadas em sesmarias por merecimento pela colonização e povoamento da região semi-árida. O “Dr.” era e é um símbolo, ele une o grupo que o partilha como um ideário. (DEBRAY, 1994: 61)

Mas, para entender o significado dessa forma cultural e o seu contexto ou conjunto de formas, inclusive, se foi para além do nível de seus significados ostensivos para entendê-lo assim como diz WOLF (2003), “*entendê-los como construções humanas realizadas para encarnar as forças geradas pelo modo subjacente de mobilizar o trabalho social*”.

Segundo WOLF²⁷ in *Cultura, Ideologia, Poder e o Futuro da Antropologia*, a criação de ideologias é também uma questão de Poder. O autor concorda que:

“ há um mundo real lá fora que não é fruto de nossa imaginação, que há um grau de correspondência entre as idéias em nossas cabeças e a realidade, e a vida humana depende de como os seres humanos entram em relação com a realidade da natureza.”(WOLF)

²⁷ www.unb.br/ics/dan/Serie218empdf.pdf

A identidade e representatividade do grupo endogâmico estavam sendo ameaçadas pela quebra da “*tradição*” de casamentos consangüíneos, com o casamento desse “Dr.” com uma “*estranha*”. Identidades coletivas só se mantêm vigentes, se seus componentes são levados a internalizar um conjunto de representações, pautas de conduta e sentidos de legitimidade, com seus conseqüentes prêmios e castigos. É o que diz Saltalamacchia (1992), ao explicar que o êxito está no alicerce do auto-reconhecimento que perdura nos seus membros como parte de uma entidade social. Então, a constituição de uma *linhagem*, como “*grupo sanguíneo de parentesco que inclui somente os indivíduos que descendem de um ancestral comum conhecido – o fundador – que tenha vivido pelo menos há cinco ou seis gerações*” (MARCONI e PRESOTTO, 1987: 127), vai se expressar nas representações que investem seus indivíduos a partir desse seu referencial comum, isto é, a partir do seu ancestral comum, mítico ou não, como uma “unidade de sentido”.

Para Wolf (2003):

“Os seres humanos não se relacionam com o mundo natural apenas por meio das forças de produção – ferramentas, técnicas, organização e organização do trabalho -, mas mediante relações sociais estratégicas que governam a mobilidade do trabalho social.” (WOLF, 2003)

Os livros mais antigos, eles falam da oligarquia dos Branco na região, quer dizer o poder estava na mão da família dos Branco. Mas, quer dizer que isso foi antes dos ...?

“ Sim, antes dos [...] A questão política é interessante. A gente sente que, antigamente, a política daqui do sertão, o camarada que era de um grupo, não falava com outro. Dificilmente alguém de um lado se casaria com alguém do outro. A questão política atrapalhava os relacionamentos. Geralmente, em locais pequenos, fica dividido, partido “a” e partido “b”.(Manoel)

Fazendo referência a um determinado político da cidade, diz um entrevistado que esse político é alguém de uma família de fora do que eles consideram família conceiçãoense, “filho do local”, neto de um “*estranho*” que chegou em

Conceição e que casou com alguém da família do “Cap. Fundador” que na época era partidário da política local.

“[...] Ele casou com a sobrinha do meu avô,[...]era do Ceará e o primeiro emprego dele foi como balconista na loja de tecido do meu bisavô. Aí ele vai e casa com a sobrinha do meu bisavô. [...]quer dizer, o Branco do Fulano de tal Branco, ele pegou o Branco da nossa família. Ele chegou a ser[...]” - citou cargo alcançado pelo político. (Monoel)

O entrevistado parece querer dizer que a força política do candidato está no nome da sua família. Isto é, a ascensão do tal político “*estranho*” teve origem no casamento que fez com alguém da oligarquia local da época.

“[...] então o Branco dele vem da parte do meu avô, porque a mãe de Fulano, a esposa do beltrano, era sobrinha do avô”.(Manoel)

Então, insistindo na pergunta ao entrevistado, se o Beltrano era família, ele diz:

“[...] Não, não é família, é ‘estranho’”(Manoel)

Sim, mesmo que esse político tido como “*estranho*” tenha 50% do sangue do grupo familiar conceiçãoense em análise, ele por ser de outro partido político é considerado um “*estranho*”.

*“Os Tenório não tem raiz na cidade.
Existe um sentimento, a gente vê a família dos Tenório como é aqui...
Mas eles não têm um amor pela cidade, pela família. É um “estranho” que veio tomar conta de uma cidade que não é dele.Falta amor, raízes, tradição, história.
Não tem relação afetiva.
Para os Branco, a cidade é como se fosse a casa deles. Eles sentem que o “estranho” não cuida do lugar.
Quem é de Conceição...Eu nunca vi um amor tão grande com a cidade de Conceição... e eu não entendo”.(Eliete)*

A entrevistada nesta transcrição declarou não entender o amor à terra pelos conceiçãoenses, mas isso pode ser explicado através do fato de que ela não é natural de Conceição. É de João Pessoa e vive em Conceição com a família do marido.

“Os Branco são mais família, e os Tenório são mais política. Eu posso falar pela família de [...] Eles não se dão bem não. É um “estranho”que vai tomar conta das coisas dele. Eu nunca vi um amor tão grande como na cidade de Conceição, e você

veja que é uma cidade sem nenhum atrativo, mas é a raiz deles que é bastante forte.” (Eliete)

Nessa perspectiva, segundo Wolf 28, muito do que os antropólogos chamaram “cultura” é “ideologia de produção”, criada para conferir à existência prática da vida cotidiana um direcionamento imaginário, uma resolução fictícia. É dizer que as construções, reconstruções e destruições culturais são processos contínuos, mas ocorrem sempre dentro de campos ou arenas históricas maiores.

²⁸ www.unb.br/ics/dan/Serie218empdf.pdf

5. Conclusão

Ao se tratar do aspecto socioeconômico de Conceição de Piancó, foi dado um destaque a sua história, a qual foi marcada por um passado não muito distante de uma sociedade de ‘senhores’ e de ‘escravos’, a Conceição dos engenhos e das ‘Casas Grandes’. Esse foi o cenário que ficou na memória, nas lembranças dos velhos, muitos já centenários ainda vivos em Conceição.

A delimitação da “*tradição*” foi tratada em termos de espaço e tempo. Foi visto que ela transcende aos limites geográficos de Conceição, inclusive superando a questão do seu isolamento por pertencer à região semi-árida do nosso Sertão, e visto que sua medida no tempo é relativa porque vai até onde conseguirem chegar as lembranças, onde as lembranças são um misto de ‘real’ e de imaginário, de história e estórias, de idéias e ideais.

Foram focalizadas as “*rodas de prosa*” das calçadas, pela sua importância como espaço físico e psíquico na formação e reprodução das identidades, tendo como referencial de ‘unidade de sentido’ a ancestralidade comum para com o “Cap. Fundador”. Nas “rodas de prosa” as estórias são a base que alimenta a ideologia do grupo.

Demonstrou-se, através das palavras transcritas dos entrevistados, que as estórias, como memórias individuais e coletiva, podem ser instrumento de disputa por espaço, de luta de classe, enquanto idéias.

Uma relação foi estabelecida entre o que sabem os conceiçãoenses sobre a história oficial, a documentada, do povoamento e dos povoadores do local, e as histórias contadas pelos ancestrais mais distantes. Através das histórias que foram reproduzidas pelos entrevistados, tentou-se mostrar que o passado ou a história está sempre sendo reinterpretada e reproduzida. Uma forma inconsciente de enquadramento da memória ao tom dos ideais, da ideologia do grupo.

Situou-se o livro sobre Conceição do Piancó como “*lugar de memória*”, tentando diminuir a distância entre história e memória – passado/presente, entre o diacrônico e o sincrônico das coisas.

Refletiu-se sobre a consangüinidade e a problemática da “*pureza de sangue*” enquanto mito e a postura da Igreja, com suas leis canônicas, em relação aos casamentos consangüíneos em alguns graus realizados em Conceição do Piancó, com os resultantes pedidos de dispensas ao Bispo. Mostrou-se a questão da figura do “*Anteparente*” que vai representar um dos sujeitos da luta de classe, o “outro”, o “*estranho*” em relação ao “*primo*”.

Entenderam-se as relações sociais como meio de produção das condições materiais de existência, base das estruturas nas classes em luta.

Demonstrou-se, através das transcrições de trechos das entrevistas, a condição de consangüinidade como recorte nas relações de conflito entre os vários subgrupos sociais.

Quanto às variáveis analfabetismo e religiosidade, que foram mencionadas no início deste trabalho pela referência aos estudos de Salzano (1967), foi constatada a prática da “*tradição*” tanto nas entrevistas aos analfabetos, como nas realizadas com os de níveis de instrução média, e mesmo superior. O analfabetismo parece não influenciar nas preferências às alianças conjugais consangüíneas, e muito menos a religiosidade. A família endogâmica de Conceição do Piancó é uma representante fiel da Igreja, demonstra intensa fervorosidade aos dogmas canônicos, com exceção apenas ao ditame de impedimento matrimonial entre primos e parentes consangüíneos mais próximos.

Como foi visto nos itens 2.1 , do capítulo 2 , o grau de religiosidade é muito alto conforme as estatísticas do IBGE, chegando a ser praticamente a quase totalidade da população, inclusive os cálculos realizados pelos entrevistados, nos seus respectivos graus das relações de parentesco, são baseados nas regras do Direito Canônico e não nas do Direito Civil (Anexo F). Duas questões então ficam em aberto como contraditórias: se a lógica dos casamentos consangüíneos é pela legitimidade do grupo em termos de classe de elite, e pela busca e manutenção do poder político, como deixariam de fazer os cálculos de parentesco pelas regras do Direito Civil que são as responsáveis pela herança e transmissão de bens materiais?

Pode-se imaginar como resposta que a religiosidade do grupo poderia ser maior que os interesses materiais. Outrossim, vamos nos deparar com outra incoerência: se o grau de obediência aos dogmas Canônicos é tão elevado, como os contrariam fazendo a opção preferencial pelos casamentos consangüíneos se esses são plenamente observados e proibidos pela Igreja? A variável religiosidade é questionável?

Estes resultados me fizeram abrir para novas perspectivas de continuidade da pesquisa em busca de esclarecer se a lógica encontrada para o grupo endogâmico de Conceição independe da variável religiosidade.

Sem ter noção do que tinha em mãos em termos do contexto sobre o objeto de pesquisa, acho que iniciei a pesquisa, exatamente, pela resposta. Se a minha busca era para entender a lógica desse tipo de organização, era pelo significado dessa opção preferencial pelo casamento consanguíneo, então há de se perceber que a unidade do grupo pela endogamia é baseada em esquemas de valores, provenientes da sua história, e essa historicidade é que dá continuidade ao passado ancestral. (WOORTMANN, 1995: 80)

TEPICHT (1973) *in* WANDERLEY (1996), fala em “forças produtivas não transferíveis”, capacidade de trabalho de pessoas ligadas entre si pelo laço do parentesco que, mesmo sem estar disponíveis no mercado de trabalho, se envolvem nas atividades produtivas do estabelecimento familiar.

Um dos eixos centrais da associação camponesa entre família, produção e trabalho é a expectativa de que todo investimento em recursos materiais e de trabalho despendido na unidade de produção, pela geração atual, possa vir a ser transmitido à geração seguinte, garantindo a esta, as condições de sua sobrevivência.

Nessa realidade, a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo, uma vez que ela se funda sobre a relação entre propriedade, trabalho e família.

Alguns estudiosos, ao escreverem sobre o assunto, já se reportam a endogamia, a essa forma de organização familiar, como sendo ela própria uma cultura²⁹, e dizem que nesse tipo de organização se compartilham as crenças, pensamentos, sentimentos e valores que resultam de experiências e do aprendizado coletivo. É uma cultura que nasce da necessidade dos indivíduos, dos mecanismos dos grupos e da influência de líderes que, pelo uso das estruturas, legitimam o passado, dão vida ao presente e apontam para o futuro.

Comungo da idéia de ver o parentesco como uma linguagem, como uma forma do grupo se expressar, faço minha as palavras de Woortmann (1995) ao citar Leach: “*a descendência é uma questão de ideologia*”.

Como resposta ao objetivo deste trabalho, o de tentar perceber e entender a lógica da opção pelo casamento consangüíneo dentro da organização do sistema de parentesco da sociedade “conceiçãoense”, encontrou-se que, o significado da endogamia e da consangüinidade para esse grupo, apresenta-se como uma forma de legitimar uma posição de poder perante a sociedade, em relação aos demais.

²⁹ Macedo, 2003. www.cesup.ufrgs.br/ppga/read/read04/artigos/sus.htm.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial (1500 a 1800)*. Rio de Janeiro, 1907.
- ALVES, Paulo César; RABELO, Miriam Cristina (Org.) *Antropologia da Saúde: traçando identidade e explorando fronteiras*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.
- ANDRADE, M. Antonia Alonso de. *Cultura Política, Identidade e Representações Sociais*. Recife: Massangana, 1999.
- ANDRADE, Manoel C. de. *O Processo de Ocupação do Espaço Regional do Nordeste*. 2 ed. Recife: SUDENE, 1979.
- ANDRADE, Manoel C. de. *Poder Político e Produção do Espaço*. Recife: Massangana, 1984.
- _____. *A Terra e o Homem do Nordeste*. 4. ed. São Paulo, Ciência Humana, 1980.
- AUGÉ, Marc.(Org.). *Os Domínios do Parentesco*. Lisboa, Edições 70,1973.
- BADCOCK, C.R. *Lévi Strauss: Estruturalismo e Teoria Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. Título original: Lévi Strauss, Structuralism and Sociological Teory. Maria Isabel da Silva Lopes (trad.)
- BARBOSA, Lúcia Machado; BARROS, M.do R. Negreiros; BIZERRA, M.da C. (Org.). *Ação Cultural: idéias e conceitos*. Recife, PE: Massangana, 2002.
- BARRETO, Castro. *Povoamento e População..* Octavio Tarquinio de Sousa (Dirt.). Coleção Documentos Brasileiros. Rio de Janeiro: Olympio, 1959. 2.v.
- BELTRÃO, Pedro Calderan. *Sociologia do Desenvolvimento*. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1971.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. 12.ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

BOTTOMORE, Tom; OUTHWAITE, William. *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

CANCLINI, Néstor Garcia. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 3.ed. São Paulo: Edusp, 2000.

CARVALHO, Edgard (Org.). *Antropologia Econômica*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978. Pág. 45-83.

CHAUI, Marilena. *O que é Ideologia*. 31ª.ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

CHAVES, A. de Alencar. *Conceição do Piancó de Ontem e de Hoje*. Belo Horizonte: FEBEM Artes Gráficas, 1985.

CUVILLIER, Armand. *Sociologia da Cultura*. Porto Alegre: Globo/USP, 1975. Trad. Leonel Vellandro.

DAVALLON, Jean, ACHARD, Pierre, PÊCHEUX, Michel e outros. *Papel da Memória*. São Paulo: Pontes, 1999.

DESLANDES, Suely Ferreira, CRUZ NETO, Otávio, GOMES, Romeu. *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. Maria Cecília de Souza Minayo (Org.). 7.ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

DUPÂQUIER, Jacques, BIDEAU, Alain, LASLETT, Peter e outros.. *População e Sociedade: Evolução das Sociedades Pré-industriais*. Maria L. Marcílio, (Org.). São Paulo: Vozes, 1983.

DURAND, Gilbert. *A Imagem Simbólica*. São Paulo: Cultrix, 1988.

ENRIQUEZ, Eugène. *O Enfoque Clínico: Gênese e Desenvolvimento na França e na Europa do Oeste*. in *Sociologies Cliniques*. Vincent de Gaulejac e Shirley Roy (Org.).ed.EPI. Paris, 1993.

EPSTEIN, Isaac. *O Signo*. 3.ed. São Paulo: Ática, 1990.

FERNANDES. Gonçalves. *Mobilidade, Caráter e Região: Rasgos Característicos, Ancestralidade Cultural e, Insegurança, na Mobilidade do Sertanejo do Nordeste do Brasil*. Recife: Ministério da Educação e Cultura, 1959.

FIRTH, Raymond. *Elementos de Organização Social*. Rio do janeiro: Zahar, 1974.Pág.16

FOX, Robin . *Parentesco e Casamento: Uma Perspectiva Antropológica*. Lisboa, 1986

FREIRE –MAIA. Newton. *Inbreeding in Different Countries in Social Biology*, 29: 69 – 81,1982

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. 42.ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FREYRE, Gilberto. *Nordeste: Aspectos da Influência da Cana Sobre a Vida e a Paisagem do Nordeste do Brasil*. 5.ed. Rio de Janeiro: José Olympio/FUNDARPE, 1985.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Dicionário de Ciências Sociais*. 1986.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*.Rio de janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GODELLIER, Maurice. *Economias e Sociedades: Abordagens Funcionalista, Estruturalista e Marxista in Anthropologie et Economie*. Horizon, Trajects Marxistes em Anthropologie, Paris, Maspero, 1973, 38/82. Tradução de Edgard Assis Carvalho.

GUIART, Jean. *Chaves da Etnologia*. Márcia Bandeira de Mello Leite (Trad.).Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

GUILLAUME, Pierre e POUSSOU, Jean-Pierre, *Démographie Historique.*, Paris: Librairie Armand Colin, 1970.

HALBWACHS, M. *A Memória Coletiva*.São Paulo: Centauro, 2004. Orig.: *Mémoires Collectives*. Paris: Presses Universitaires de France, 1950.

Trad. Laís Teles Benoir.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

HENRY, Luis. *Técnicas de Análises em Demografia Histórica*. Tradução de Altiva Pilatti Balhana e Jayme Antonio Cardoso. Curitiba, PR: UFPR, 1977.

IANNI, Octavio. *Ensaio de Sociologia da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

IMHOF, Arthur E. *Demografia Histórica*. In: *A Nova Historiografia Alemã*. Abílio Afonso Baeta Neves e René E. Gertz (Coords.) - Alemanha nas Ciências Humanas. Instituto Goethe Instituto Cultural Brasileiro-Alemão.(90-115). Porto Alegre: UFRGS.,1991

KLIKSBERG, Bernardo. *Falácias e Mitos do Desenvolvimento Social*. São Paulo: Cortez; Brasília-DF: UNESCO, 2001.

KUPER, Adam. *Cultura: a visão dos antropólogos*. São Paulo:EDUSC, s/d.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura : Um Conceito Antropológico*. 4.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, São Paulo: Unicamp, 2003.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *As Estruturas Elementares do Parentesco*. Mariano Ferreira (Trad.). 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. *Ensaio Sobre o Devassamento do Piauí*. 1929

LUZ, Marco Aurélio. *Cultura Negra e Ideologia do Recalque*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Objeto, Método e Alcance desta Pesquisa* ("The Subject Method and Scope of this inquiry") In *Desvendando Máscaras Sociais*. Alba Zaluar Guimarães (Sel., e Rev.Téc.) Olga Lopes da Cruz (Trad.). Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

MARCÍLIO, Maria L.(Org.) *População e Sociedade: Evolução das Sociedades Pré-industriais*. São Paulo: Vozes, 1983.

MARCONI, Marina de Andrade e PRESOTTO, Zélia Maria Neves. *Antropologia: Uma Introdução*. 2 ed., São Paulo: Atlas, 1987.

MARQUES, Ana Cláudia. *Vingança de Família e Tramas Sociais no Sertão de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Dumará, 2002.

MEILLASSOUX, C. (1995). *Antropologia da Escravidão: O Ventre de Ferro e Dinheiro*. Rio de Janeiro, Zahar.

MELLO, Luiz Gonzaga de. *Antropologia Cultural: Iniciação, Teorias e Temas*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Construção da Identidade da Antropologia na área de Saúde: O Caso Brasileiro*. In *Antropologia da Saúde: Traçando Identidade e Explorando Fronteiras*. Paulo César Alves e Miriam Cristina Rabelo (Orgs.). Rio de Janeiro: FIOCRUZ-Relume Dumará, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ALVES, Paulo César (Org.) *Saúde e Doença: um olhar antropológico*, 1998.

MOLES, A. *Sociodynamique de la Culture*. Haia, Paris, Mouton: 1967.

MOONEN, Frans. *Antropologia Aplicada*. São Paulo: Ática, 1988.

MORGAN, Lewis H. *Ancient Societ or Researches in the lines of Human Progress from Savagery Through Barbarism to Civilization*. Londres: .Marc Millan and Co., 1877.

NIMER, Edmond. *Climatologia do Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1989.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Trad. Yara Aun Khoury. In. Projeto História, São Paulo: EDUC., dez. 1993, p. 7-28. (in Purificação, Ana Teresa de Souza e Castro. A Memória da Independência e os Livros Didáticos. USP.

NORA, Pierre. *Mémoire Collective* in J.Le Goff, R. et al.(orgs.), *La nouvelle histoire*. Paris: Retz, 1978.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *O Trabalho do Antropólogo*. São Paulo: UNESP, 1998

ÓLIVER, Ruben George. *Violência e Cultura no Brasil*. 3.ed. Petrópoles: Vozes, 1986.

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira & Identidade Nacional*. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PEIRANO, Mariza. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PIERSON, Donald. *O Homem no Vale do São Francisco*. São Paulo: SUVALE-Superintendência do Vale do São Francisco. Ministério do Interior, 1951

PIERSON, Donald. *Teoria e Pesquisa em Sociologia*. 18.ed.(Rev.). São Paulo: 1981.

POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento e Silêncio. Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 1989.

PORTO, José da Costa. *Estudos Sobre o Sistema Sesmarial*. Recife: UFPE, 1965

RADCLIFFE BROWN, A.R. *A Posição Atual dos Estudos Antropológicos*. In *Desvendando Máscaras Sociais*. Alba Zaluar Guimarães (Sel., e Rev. Téc.) Olga Lopes da Cruz (Trad.). Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

RODERJAN, Roselys Vellozo. *Os Curitibanos e a Formação de Comunidades Campeiras no Brasil Meridional (Sécs. XVI – XIX)*. Curitiba: Inst. Hist., Geog. e Etnog. Paranaense. Works Informática, 1992

SALTALAMACCHIA, Homero R. (1992). *La historia de vida: reflexiones a partir de una experiencia de investigación*. Caguas, CIJUP (Investigaciones).

SALZANO, F. M. e MAIA, N. Freire. *Populações Brasileiras: Aspectos Demográficos, Genéticos e Antropológicos*. São Paulo: Nacional, 1967.

SOUSA, Antônio José de. *Apanhados Históricos Geográficos e Genealógicos do Grande Pombal*. João Pessoa: Gráfica Comercial Ltda, 1971.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz, Gomes, Nilma Lino (Orgs). (2000). *Antropologia e História: debate em região de fronteira*. Belo Horizonte: Autêntica.

SEVALHO, Gil; CASTIEL, Luís David. *Epidemiologia e Antropologia Médica: a Possível In(ter)Disciplinaridade*. In *Antropologia da Saúde: Traçando Identidade e Explorando Fronteiras*. Paulo César Alves e Miriam Cristina Rabelo (Orgs.) Rio de Janeiro: FIOCRUZ - Relume Dumará, 1998.

TAVARES, João de Lyra. *Apontamentos Para a História Territorial da Parahyba*. Parahyba: Official. 1.v.,1910.

THOMPSON, John B. *Ideologia e Cultura Moderna*. Petrópoles: Vozes, 1995.

TRIVINÕS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

VALE, Dario Cardoso. *Memória Histórica de Prados*. 2.ed., São Paulo: 2000.

VELHO, Gilberto. Antropologia e Patrimônio Cultural. *Revista do IPHAN*, n.20, 1984.

VELOSO, Mariza. *Patrimônio Cultural, Memória Coletiva e Espaço Público*. In *Patrimônio Imaterial, Performance Cultural e (re)Tradicionalização*. Brasília: TRANSE/CEAM; UnB, 2004.

VIANNA, Hélio. *História do Brasil Colonial*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1952.

VIANNA, Urbino. *Bandeiras e Sertanistas Bahianos*. São Paulo: Brasiliana, Série V, Vol. XLVIII, 1935. Pág. 49

WANDERLEY, M. N. Baudel. *Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro*. XX Encontro Anual da ANPOCS. GT 17. Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG.1996.

WOLF, Eric R. *Antropologia e Poder*. São Paulo: Universidade de Brasília/Imprensa Oficial Estadual de Campinas, 2003.

WOORTMANN, Ellen F. *Herdeiros, Parentes e Compadres*. São Paulo; Brasília: HUCITEC – EDUNB, 1995.

WRITE, Leslie A. *O Conceito de Cultura: educação e ciência social*. Rio de Janeiro, a.5, v.8, n.14, p.18-56, jun.1960. (Trad. de Ádila de Araújo Lima, do *American Anthropologist*, v.61, n.2, abr.1959).

Recenseamento Geral de 1950. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, Vol. XVII – Paraíba e Rio Grande do Norte. Planejada e Orientada por Jurandyr Pires Ferreira. Pré. Do IBGE, Rio do Janeiro.

CARTOGRAFIA

Reprodução parcial do mapa: NORDESTE - PARTE ORIENTAL, ed. G.R. Editora e Publicidade Ltda., Rio Janeiro, RJ.

ICONOGRAFIA

Fotos tiradas pela pesquisadora durante trabalho de campo em julho de 2004 e em janeiro 2006.

Sites

www.unb.br/ics/dan/Serie218empdf.pdf

www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=

www.cesup.ufrgs.br/ppga/read/read04/artigos/sus.htm.

www.crescer.globo.com/edic/ed79/rep-síndromes2/htm

www.lerparaver.com/ofthalmologia-retinite.htm.

www.desafio.ufba.br/gt5-006.html

Apêndice

1. Foto 01: A foto mostra um marco de referência ao local, município de Piancó – PB, tirada em janeiro de 2006, no momento da chegada do ônibus interestadual que conduzia a pesquisadora vinda de Recife – PE, com destino ao próximo município de Conceição.
2. Foto 02: Rio Piancó
3. Foto 03: Engenho a pouco mais de 1 Km do centro de Conceição de Piancó-PB.
4. Foto 04: Um “mestre” numa caldeira de fogo a lenha.
5. Foto 05:
6. Foto 06: Cadeiras colocadas em círculo na calçada de rua da cidade de Conceição do Piancó-PB. “Roda de Prosa”.



Foto 01



Foto 02



Foto 03

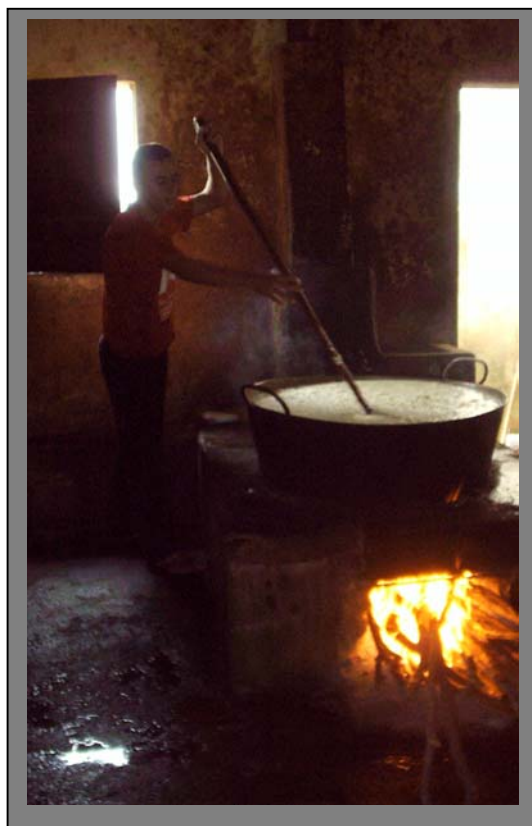


Foto 04

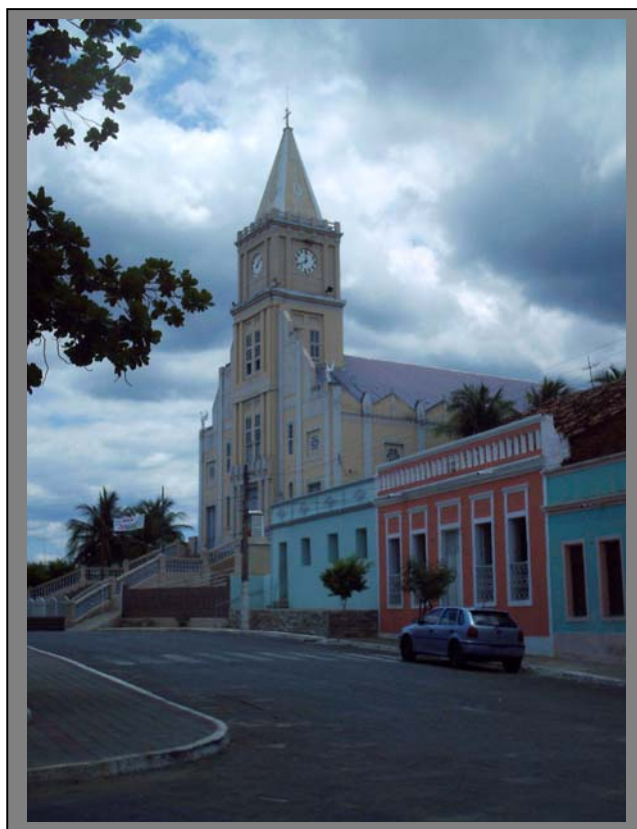


Foto 05

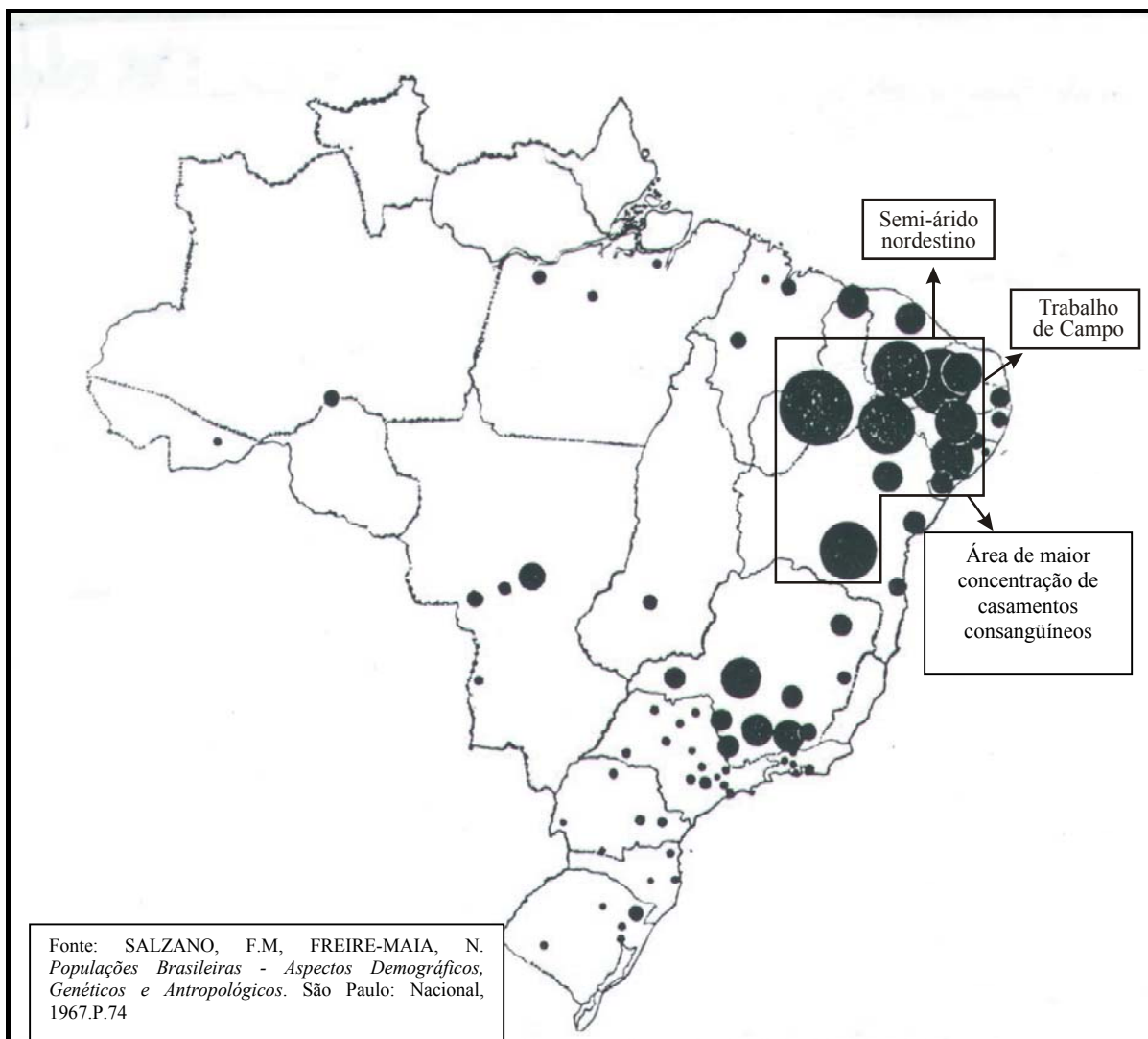


Foto 06

Anexos

- A: Mapa do Levantamento Estatístico Nacional de Casamentos Consangüíneos I.
- B: Mapa do Levantamento Estatístico Nacional de Casamentos Consangüíneos II.
- C: Mapa da Ocupação do Interior pela Expansão da Pecuária nos Séculos XVI –XVII
- D: Mapa dos Caminhos das Entradas e Bandeiras
- E: Mapa Político do Estado Paraíba
- F: Quadro de Contagem da Consangüinidade no Direito Canônico e no Civil.

Anexo A

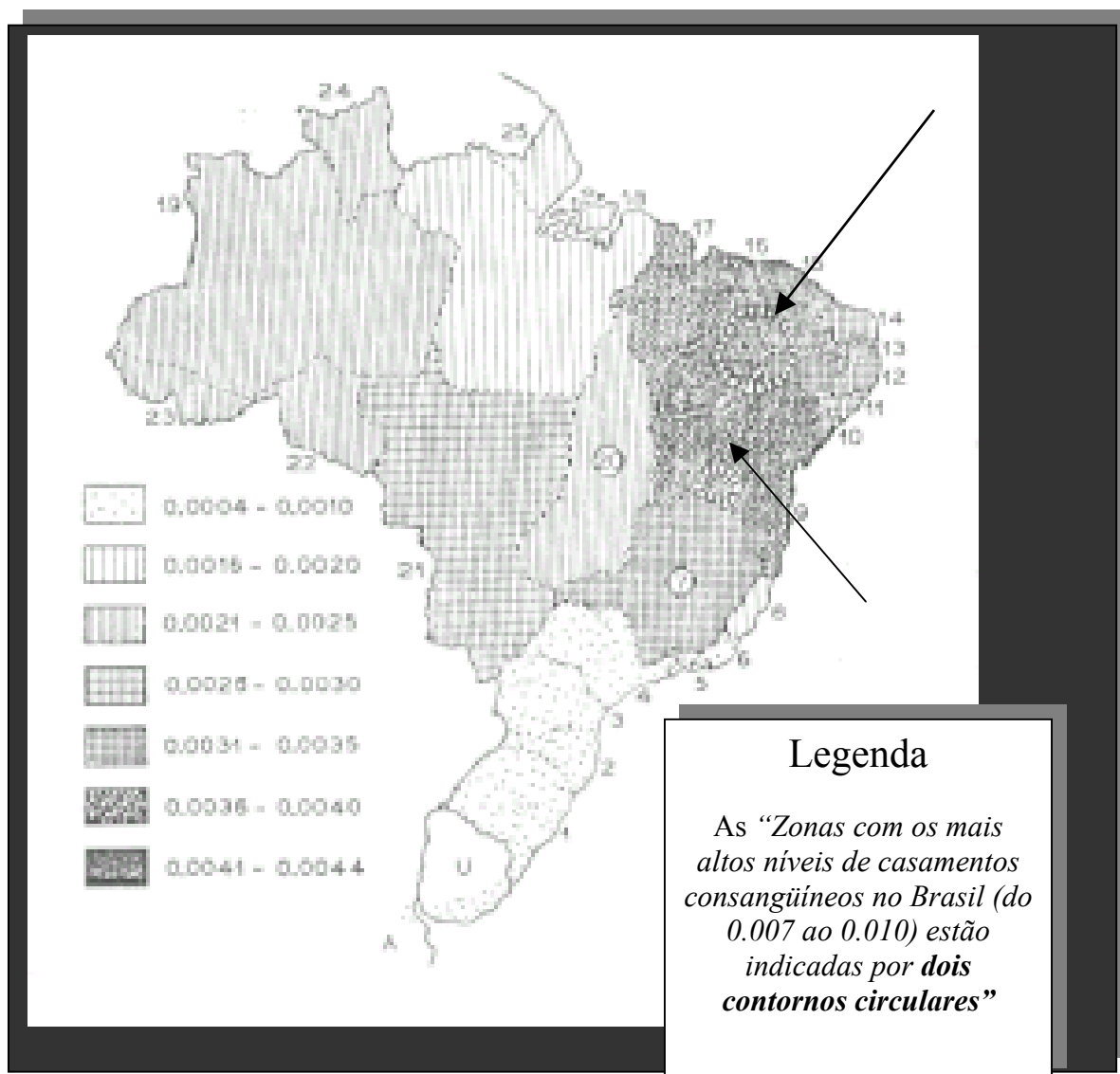


MAPA ESTATÍSTICO DA DISTRIBUIÇÃO DAS ZONAS DE CONCENTRAÇÃO DE CASAMENTOS CONSAGÜÍNEOS

1. **Zona de Fraco Índice de Casamentos Consanguíneos:** inclui os quatro Estados sulinos: São Paulo, Paraná, Santa Catarina e algumas outras áreas esparsas.
2. **Zona de Médio Índice de Casamentos Consanguíneos:** abrange Minas Gerais, os litorais da Bahia, de Sergipe e do Nordeste, algumas regiões de Goiás, Mato Grosso, etc.
3. **Zona de Alto Índice de Casamentos Consanguíneos:** incorpora o interior do Nordeste, regiões como Crato, Oeiras, Petrolina, etc. e também o sertão baiano.

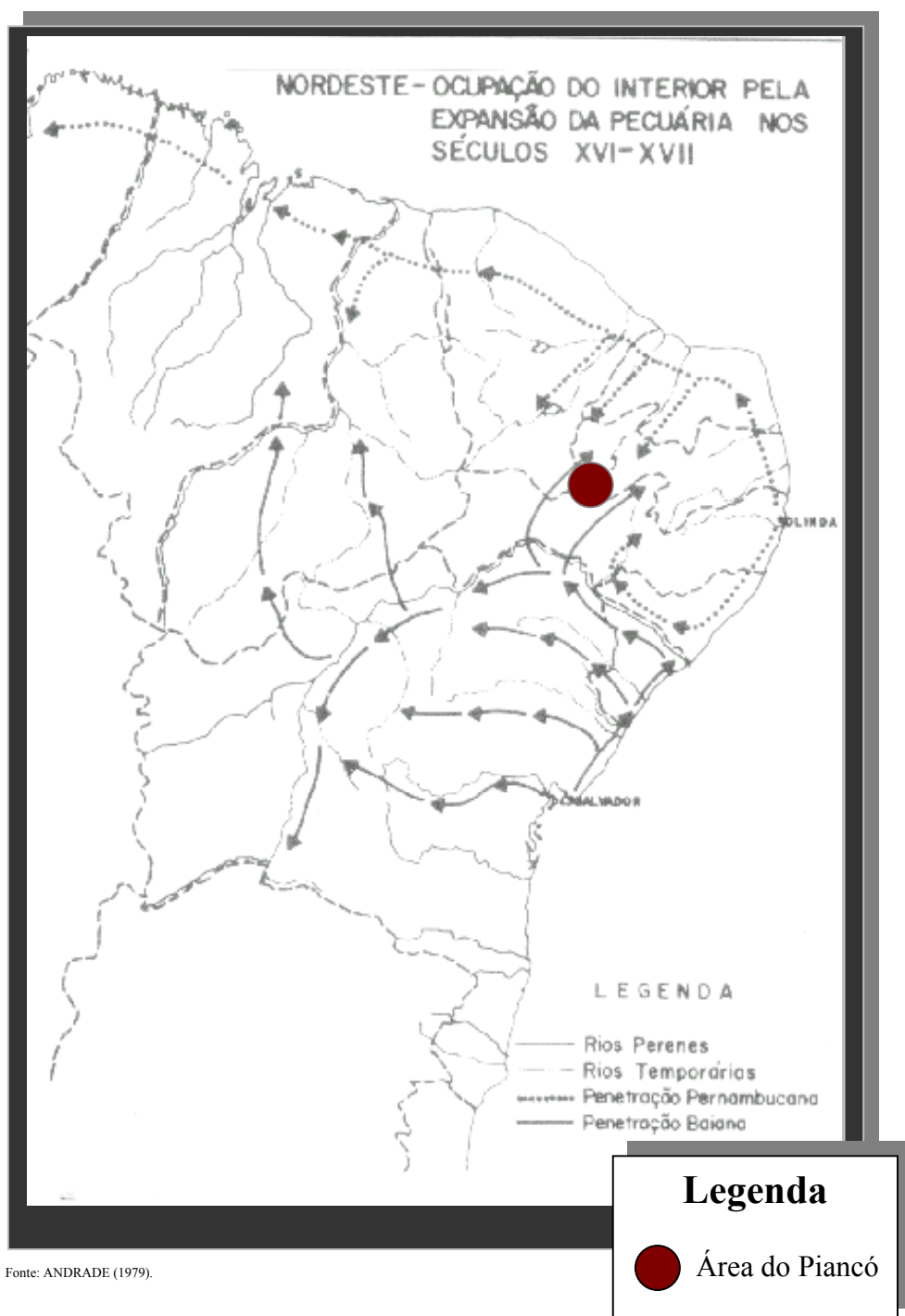
Anexo B

MAPA DO LEVANTAMENTO ESTATÍSTICO NACIONAL DE CASAMENTOS CONSANGÜÍNEOS II.



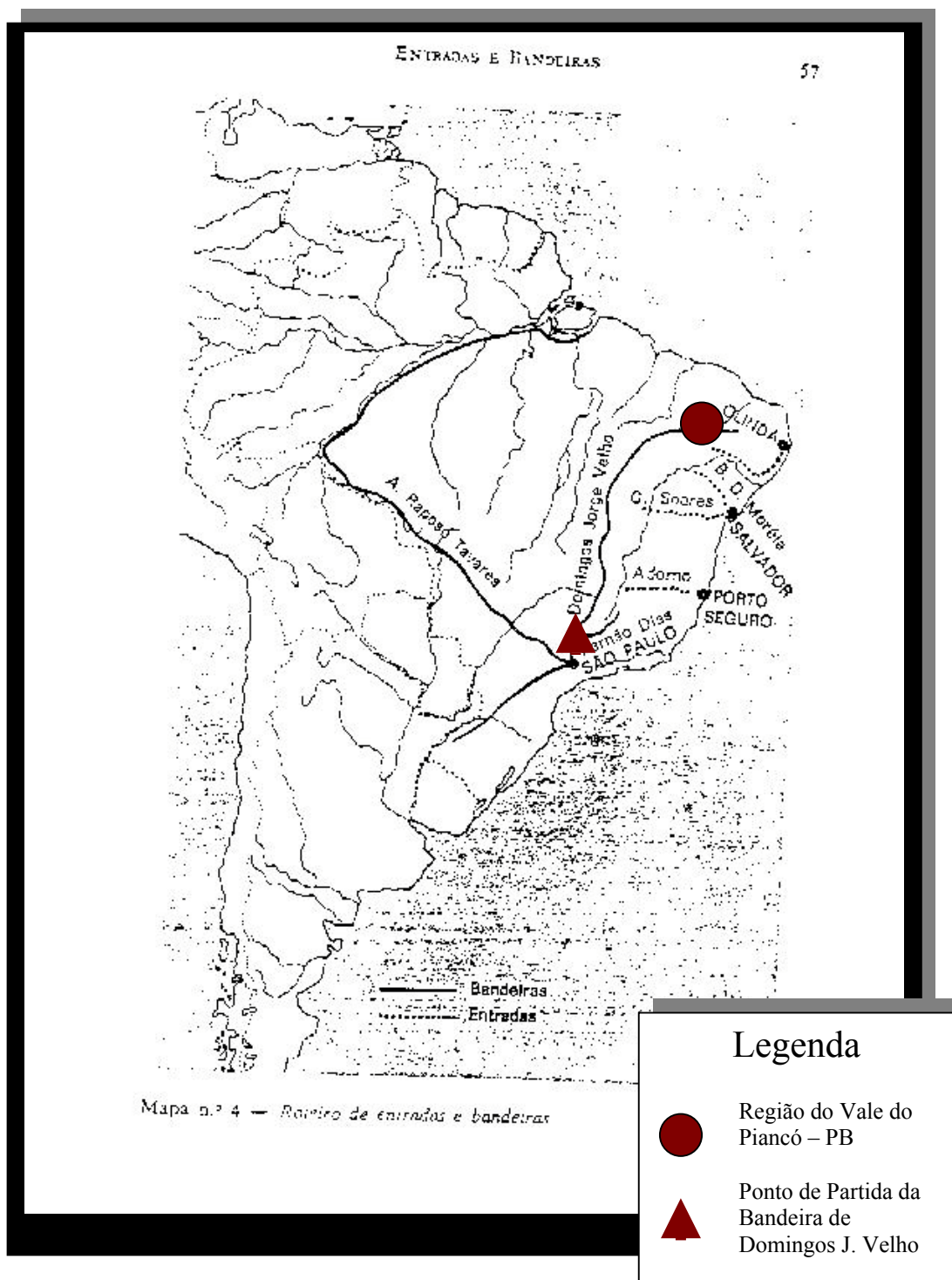
Anexo C

PONTO DE DEMARCAÇÃO APROXIMADA DA REGIÃO DO VALE DO PIANCÓ NA PARAÍBA NO MAPA DA OCUPAÇÃO DO INTERIOR PELA EXPANSÃO DA PECUÁRIA NOS SÉCULOS XVI – XVII - NORDESTE



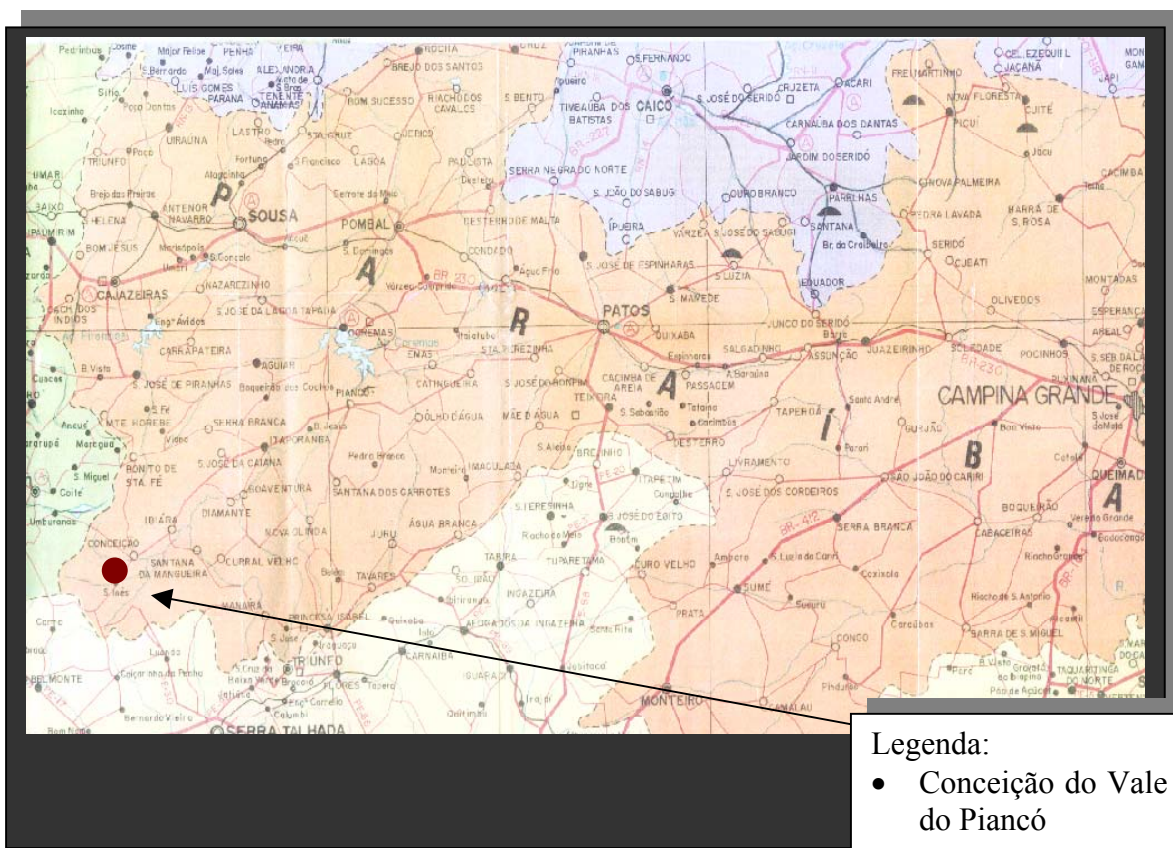
Fonte: ANDRADE (1979).

Anexo D



oFonte: VIANNA, Hélio. *História do Brasil Colonial* São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1952.

Anexo E



Anexo F**TABELAS DE CONTAGEM CONSANGÜINIDADE PELO DIREITO CANÔNICO E PELO DIREITO CIVIL****Consangüinidade Colateral (transversal, oblíqua ou lateral) pelo Direito Canônico**

Tronco		Indivíduo B		
		Filho	Neto	Bisneto
Indivíduo A	Filho	Simples do 1º grau igual	2º grau misto do 1º	3º grau misto do 1º
	Neto	2º grau misto do 1º	Simples do 2º grau igual	3º grau misto do 2º
	Bisneto	3º grau misto do 1º	3º grau misto do 2º	Simples do 3º grau igual

Consangüinidade Colateral (transversal, oblíqua ou lateral) pelo Direito Civil

Tronco		Indivíduo B		
		Filho	Neto	Bisneto
Indivíduo A	Filho	2º grau	3º grau	4º grau
	Neto	3º grau	4º grau	5º grau
	Bisneto	4º grau	5º grau	6º grau

Fonte: Vale, Dario Cardoso. *Memória Histórica de Piado* r. 2ª Ed. São Paulo. 2000.P.479.